

I Congresso Brasileiro

PSICOLOGIA:

Ciência e Profissão

Psicólogo, venha contar o que você faz
no encontro de toda a Psicologia Brasileira.



DATA

De 01 a 05 de setembro de 2002

LOCAL

Universidade de São Paulo/USP, Cidade Universitária

QUEM PODE PARTICIPAR

Todas as pessoas interessadas em Psicologia. Espera-se uma grande participação de psicólogos, pesquisadores, professores, estudantes de graduação e pós-graduação, além de profissionais e estudantes de áreas afins.

QUEM PODE APRESENTAR TRABALHO

Qualquer psicólogo, pesquisador, professor ou estudante de Psicologia poderá propor a realização de mesas-redondas/simpósios sobre temas psicológicos ou apresentar painel (pôster) com a descrição de trabalho científico ou de prática profissional desenvolvida. Pretende-se abrir espaço a todos aqueles que têm alguma comunicação importante a fazer relacionada com sua prática profissional ou atividade científica.

PRAZO PARA INSCRIÇÕES DOS PAINÉIS E/OU MESAS-REDONDAS/SIMPÓSIOS

05 de abril de 2002

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES

As fichas de inscrições e formulários para apresentação de trabalhos estarão disponíveis nos sites: www.pol.org.br e www.apsi.org.br e nas *homepages* das demais entidades organizadoras.

TAXA DE INSCRIÇÃO

	até 05 04 2002	depois de 05 04 2002
Profissional	R\$ 80,00	R\$ 120,00
Profissional filiado a alguma entidade científica ou Fenapsi ou Abep	R\$ 60,00	R\$ 100,00
Estudante	R\$ 35,00	R\$ 45,00
Estudante filiado a alguma entidade científica ou Fenapsi ou Abep	R\$ 20,00	R\$ 30,00

psi

jornal de psicologia  crp sp

número 131 • janeiro | março 2002

violência
contra as mulheres:
um mal que ainda persiste

02 **Editorial**

Cartas

Orientação

A atuação do psicólogo que elabora laudos psicológicos solicitados por instâncias judiciais

04 **Conversando com o psicólogo**

O papel do CRP SP perante o problema do desemprego

Questões éticas

A questão do sigilo profissional e do imperativo de consciência

06 **Formação**

Elaborada a nova proposta de diretrizes curriculares para os cursos de Psicologia

Opinião

A prefeita Marta Suplicy escreve sobre o projeto da união civil entre pessoas do mesmo sexo

08 **Políticas públicas**

Realização do 4º Coned reforça a participação da Psicologia na formação de políticas públicas

10 **Seção aberta**

Violência contra mulher: um mal que persiste em pleno século XXI

Um mundo melhor é possível

A participação da Psicologia no Fórum Social Mundial

13 **Nuestra América Latina**

O psicólogo Mário Molina relata como a Psicologia tem atuado durante a crise argentina

Ciência e Profissão

O histórico da relação entre a produção de conhecimento e a prática psicológica

16 **Livros**

Livro de Maria Antonieta Motta discute o mundo da mãe que entrega o filho em adoção

Mural

CFP e TV Futura lançam o programa "Não é o que parece", títulos de especialistas, encontros nas subsedes etc.

19 **Agenda**



Conselho Regional de Psicologia SP

Psí Jornal de Psicologia CRP SP é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidente | Ana Mercês Bahia Bock
Vice-presidente | Wanda Maria Junqueira de Aguiar
Secretária | Mariângela Aoki
Tesoureiro | André Isnard Leonardi

Conselheiros efetivos

Élcio dos Santos Sequeira; Emília Estivalet; Inêz Guimarães Pistelli; Kátia Rubio; Lellane Maria Aparecida Gliosce Moreira; Elcimara Meire da Rocha Mantovani; Maria da Graça Marchina Gonçalves; Rachel Contrucci Alvim; Rafaela Aparecida Cocchiola; Rogério Izidro Duran; Sérgio Antonio da Silva Leite

Conselheiros suplentes

Adalberto Botarelli; Ana Gabriela Pedrosa Andriani; Ana Paula Pereira Jardim; Carla Bertuol; Chica Hatakeyama Guimarães; Débora Cristina Fonseca; Ednilton José Santa Rosa; Eliana Aparecida Moura Silveira; Elisa Zanerato Rosa; Fátima Regina Riani Costa Taino; João Bosco Alves de Sousa; Jorge Broide; Maria Jose Medina da Rocha Berto; Marilda Castelar; Vânia Conselheiro Sequeira

Gerente-geral Diógenes Pepe

Comissão de Comunicação

Coordenador | Sérgio Antonio da Silva Leite
Membros | Inêz Guimarães Pistelli, Kátia Rubio, Rachel Contrucci Alvim, Rafaela Ap. Cocchiola, Elisa Sayeg

Edição e textos Cristiano Tsonis (11) 30748

Revisão de textos Claudia Padovani

Projeto gráfico e Editoração Fonte Design (11) 3081 5892

Ilustrações Juliana Migueletto | Patrícia Gimeno

Impressão Gráfica Benfica

Tiragem 48.000 exemplares

Periodicidade bimestral

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
cep 05410-020 São Paulo - SP
tel. (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306

E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br
Diretoria | direcao@crpsp.org.br
Informações | info@crpsp.org.br
Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br
Administração | admin@crpsp.org.br
Jornal de Psicologia | jornal@crpsp.org.br
Site http://www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Assis | tel. (18) 322 6224, 322 3932
Bauru | tel. (14) 223 3147, 223 6020
Campinas | tel. (19) 3243 7877, 3241 8516
Ribeirão Preto | tel. (16) 620 1377
Grande ABC | tel. (11) 4436 4000
Santos | tel. (13) 3235 2324, 3235 2441
São José do Rio Preto | tel. (17) 235 2883, 235 5047
Vale do Paraíba | tel. (12) 3631 1315

Expediente

“Se não intervirmos a tempo, isto é, já, o rato dos direitos humanos será devorado pelo gato da globalização econômica”

José Saramago, escritor português, durante o Fórum Social Mundial. *Folha de S. Paulo*, 05/02/2002

“A política continua a ser a mesma. Com a diferença de que, agora, os poderosos estão usando o clima de insegurança para explorar o medo da população”

“O capital é a prioridade e as pessoas estão em segundo plano. Enquanto for assim, haverá guerras.”

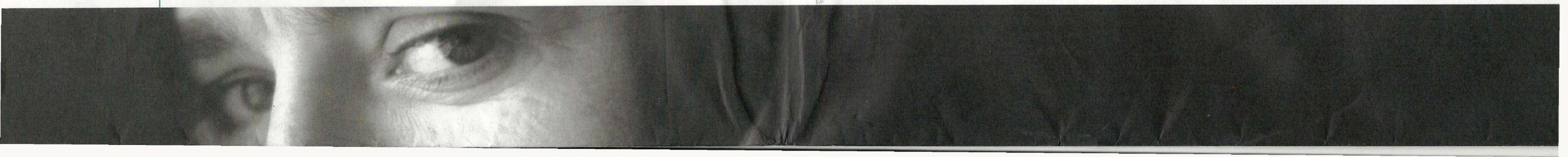
Noam Chomsky, lingüista e professor do Instituto Massachusetts de Tecnologia (MIT) durante o Fórum Social Mundial. *Estadão*, 02/02/2002

“É quase senso comum a percepção de que práticas de violência contra as mulheres estão inseridas num ciclo que se inicia muitas vezes com lesões corporais e crimes de natureza moral, como injúria e difamação, mas que, com o passar do tempo, podem dar origem a ocorrências mais graves”

Kelly Cristiane da Silva, antropóloga da UNB. *Folha de S. Paulo*, 31/12/2001

“Enquanto as mulheres são educadas para dizer sim e ser submissas, os homens são ensinados a ser corajosos e destemidos, o que acaba incentivando a violência”

Hildete Pereira de Melo, professora da Universidade Federal Fluminense. *Folha de S. Paulo*, 20/12/2001



A Psicologia e a construção de um mundo melhor

Hoje, o Brasil está reanimado pelo sonho de um mundo melhor. Isso foi conquistado com a realização do II Fórum Social Mundial, entre os dias 31 de janeiro e 4 de fevereiro, em Porto Alegre. O Fórum, além de debater alternativas para a solução de milhares de problemas, de todas as naturezas, que afligem os países do Terceiro Mundo, é um espaço para se reanimar a esperança de um mundo melhor. São milhares de pessoas (por volta de 60 mil) que, juntas, trocam experiências de trabalho cotidiano pela transformação social. Fazem isso em espaços diferentes: escolas, universidades, ONGs, serviços públicos, administrações públicas, empresas, hospitais, partidos políticos e muitos outros.

E lá estávamos nós, psicólogos, também apresentando nossas contribuições. Por meio dos Conselhos Regionais e do

Conselho Federal de Psicologia, pudemos realizar oficinas e eventos que nos colocaram no conjunto dos sonhadores e guerreiros de um mundo melhor.

A presença institucional dos psicólogos no II FSM foi marcada por um *stand* - no qual foi distribuído material sobre as atividades que temos realizado - por três oficinas - das quais participaram diariamente por volta de 200 pessoas, que debateram questões como "Desigualdade, subalternidade e autonomia", "Diferença, preconceito e inclusão" e "Redes Sociais: violência ou solidariedade" - e pelo lançamento da Campanha das Comissões de Direitos Humanos dos Conselhos de Psicologia: "Preconceito racial humilha; humilhação social faz sofrer", que contou com a participação da Comunidades Remanescentes de Quilombos.

Por que era necessário estar lá? Por-

que a Psicologia vem rompendo com a tradição de compromisso com as elites brasileiras e se colocando do lado daqueles que denunciam e lutam contra as desigualdades sociais que marcam nosso país. Porque a Psicologia tem clareza, hoje, de que as condições de vida a que está submetida a maioria da população brasileira são fontes geradoras de sofrimento psicológico.

Porque trabalhamos pela saúde e queremos um mundo melhor. Um mundo melhor no qual a Psicologia tenha seu lugar. Um lugar de contribuição social pelo seu trabalho. A Psicologia, ao falar do homem e de seu mundo psicológico, quer falar do mundo e de suas condições de vida. A Psicologia sabe, hoje, trabalhar pela redução do sofrimento psíquico e pela promoção da saúde. A Psicologia sabe, hoje, que um mundo melhor é possível.

Cartas

Jornal PSI

✦ Sou estudante de Psicologia da USP do quarto ano e gostaria MUITO de receber este jornal do CRP SP, pois li a edição de maio/junho de 2001 e achei muito interessante. Gostaria muito de receber os demais exemplares. Como posso fazer?

Adriana Ronchetti, por e-mail

Agradecemos o interesse e aproveitamos para responder às diversas mensagens que nos chegam de estudantes e profissionais, não registrados no CRP SP, interessados em receber nosso jornal. O Psi Jornal de Psicologia CRP SP é distribuído gratuita e exclusivamente aos profissionais registrados no Conselho, não ocorrendo venda avulsa ou assinaturas. Estudantes que comparecerem à nossa sede poderão ter acesso às edições ainda não esgotadas. Informamos também que as edições do PSI estão disponíveis no site www.crpsp.org.br.

Psicopedagogia

✦ Seguindo orientação do nº 130 do jornal de psicologia, enviei mensagens para os endereços indicados na matéria referente às polêmicas sobre psicopedagogia e psicanálise. Recebi resposta de uma delas. Acho importante vocês tomarem conhecimento,

pois indica como está avançado o processo. Assim, segue abaixo cópia da mensagem que recebi.

"Prezada Senhora,

a esta Comissão caberá apenas analisar a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto, uma vez que as questões de mérito foram objeto de análise das duas comissões que se pronunciaram anteriormente e favoravelmente ao projeto: Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Dessa maneira, apenas o vício constitucional ou a contrafação à manifesta ordem legal poderão levar à não aprovação do projeto. Cordialmente,

Comissão de Constituição de Justiça e de Redação" (Resposta enviada em 20/12/01.)

Marilene Marfin Martin Pedrini, por e-mail

O CFP está acompanhando, junto à Comissão de Constituição de Justiça e de Redação, o andamento dessa questão. Mesmo que a constitucionalidade desse projeto seja aprovada na CCJR, a luta contra a sua aprovação final ainda estará longe de terminar, continuando no plenário da Câmara dos Deputados.

Práticas não-reconhecidas

✦ Fico cada vez mais assustado com falsos profissionais de Psicologia existentes em nosso país. Vejo pessoas dizendo serem TERAPEUTAS, quando não são nada, não têm nenhuma formação ligada à Psicologia nem mesmo técnica. Escrevem livros, divulgam seus serviços via mídia (televisão, jornais e sites), dão entrevistas falando em comportamentos etc. Outro dia, vi na TV Cultura um senhor chamado Sérgio Savian falando de comportamento e lançando livros sobre o assunto. Administra cursos e já foi até ao programa do Jô divulgar seu livro. Será que a imprensa não vê isso como fraude? Será que verificam se é um profissional ou não? E nós? O CRP e os sindicatos fazem algo? Continuamos calados e logo teremos camelôs nas ruas dando consultas terapêuticas. Vamos ficar sempre calados?

Paulo Liberio, São Paulo, por e-mail

O CRP SP vêm acompanhando de perto todas as reclamações contra psicólogos que nos são enviadas, tomando as providências previstas no Código de Ética. As denúncias devem ser enviadas por carta:

Rua Arruda Alvim, 89, Jd. América, cep 05410-020,

por e-mail (orientacao@crpsp.org.br)

ou por telefone (3061 9494, ramal 141)

Laudos influenciam as decisões judiciais

Dentre os documentos decorrentes de avaliações psicológicas, pode-se destacar o Laudo Psicológico - também conhecido como relatório psicológico ou laudo pericial -, que é solicitado por instâncias judiciais, tendo a finalidade de subsidiar os juízes em decisões como a guarda de filhos ou a adoção de crianças. A resolução CFP nº 30/2001 define esse laudo como "um relato sucinto, sistemático, descritivo, interpretativo de um exame (ou diversos) que descreve ou interpreta dados". Por esse motivo, a excelência desses documentos, que têm o poder de interferir na vida das pessoas, deve ser uma preocupação constante dos profissionais que atuam na área e dos órgãos que controlam a Psicologia.

Aproximadamente 70% das denúncias que chegam ao CRP SP se relacionam a questionamentos sobre o conteúdo dos laudos emitidos durante processos de disputa familiar pela guarda de filhos. "Esses laudos fundamentam decisões judiciais que influenciarão a vida das pessoas, mas existe uma flutuação muito grande na qualidade deles. Existem alguns que são muito bons e outros que são pessimamente confeccionados. Essa situação só melhorará com a criação de uma massa crítica, colocando isso em pauta na própria formação do psicólogo", comenta o psicólogo Sidnei Shine, que atua na Vara da Família e Sucessões desde 1987 e prepara uma tese de mestrado em que faz um levantamento do que os profissionais têm realizado na área, além de suas dificuldades práticas e dilemas éticos.

Atualmente, cerca de 300 psicólogos atuam dentro de tribunais em todo o Estado de São Paulo. Nas Varas de Família, julgam-se processos de separações conjugais, que invariavelmente envolvem guarda de filhos e horários de visitação. "Quem nos manda os casos e depois recebe o nosso trabalho na forma de laudo psicológico é o juiz, porém os advogados das partes, o promotor público e as famílias também têm acesso ao nosso laudo", conta

Sidnei Shine. Essa solicitação acontece sempre que um juiz necessita, além das provas que as partes apresentam, de uma leitura da situação do ponto de vista psicológico. "Se o advogado de uma das partes alega problemas emocionais ou de negligência, o caso entra na área da Psicologia. Como o juiz é leigo, ele pede a entrada de um psicólogo para obter um parecer técnico", completa. A análise baseia-se na existência de algum distúrbio psicológico que possa afetar a relação de alguma das partes com a criança. "Uma pesquisa realizada na Espanha comparou as recomendações feitas pelos psicólogos e as sentenças proferidas pelos juízes daquele país, sendo que os números mostraram um resultado de 100% de concordância. Eu desconheço uma pesquisa semelhante realizada aqui no Brasil, mas posso dizer que, uma vez que é o juiz quem solicita o trabalho, é quase certo que ele acate a nossa recomendação", comenta Sidnei Shine.

Nas Varas de Infância e Juventude, onde se decide a viabilidade ou não dos pedidos de adoção de crianças, o psicólogo assume mais uma vez um papel preponderante e de muita responsabilidade. "Muitos casais chegam para adotar uma criança sem estarem preparados. Eles são primeiramente selecionados pelas equipes de Psicologia e Assistência Social e, quando ultrapassam essa etapa, integram uma lista de candidatos à adoção. Quando eles recebem a criança, começa um ano de estágio de convivência, sendo nesse período que os psicólogos atuam. No final, é

emitido um laudo que pode ser favorável ou não", comenta a psicóloga Dulce Ortiz, que trabalhou como chefe da Psicologia no Fórum Regional de Pinheiros. A psicóloga afirma que, em casos de adoção, os juízes acatam a decisão do psicólogo em 90% dos casos. "Certa vez, um casal resolveu adotar um menino e o meu laudo não foi favorável. O juiz também não foi favorável à adoção, mas o casal recorreu e ganhou em 2ª instância. Alguns anos depois, li em uma manchete de jornal sobre a existência de um menino abandonado que morava em uma árvore. Era a mesma criança", relembra. ●

Qualidade deve ser uma preocupação sempre presente

A qualidade do trabalho realizado pelo psicólogo depende de dois elementos fundamentais: os aspectos éticos e os requisitos teóricos/técnicos envolvidos. Além dos já consagrados cuidados éticos na elaboração de uma avaliação psicológica, os artigos 17, 18, 19 e 20 do Código de Ética acrescentam, no caso dos laudos psicológicos, novos parâmetros para esse item específico da relação do psicólogo com a justiça. "O psicólogo só deve passar à justiça os dados que são importantes para a solução da causa. Ele não pode estar revelando coisas que não dizem respeito à demanda judiciária em particular", alerta Sidnei Shine.

Entre os requisitos técnicos, a garantia de uma redação adequada é primordial. "O laudo é um documento escrito, sendo que o seu conteúdo deve ser passado em uma linguagem compreensível. Além disso, tem de ser de fácil entendimento para um leigo, pois o psicólogo está emitindo o documento para alguém de uma outra área. Existe o perigo de se abusar de termos técnicos, escondendo a dificuldade de percepção do fato com palavras que não explicam o que está sendo visto. Por exemplo, utilizar termos como 'Complexo de Édipo' ou 'superego' pode impossibilitar que um leitor leigo crie a sua convicção. O psicólogo pode colocar o termo

técnico, mas deve explicá-lo", alerta Sidnei Shine. "O laudo deve ser bem conduzido e bem trabalhado. A terminologia que deve ser usada é a psicológica, mas de uma maneira que os juízes entendam", completa Dulce Ortiz.

A aplicação de testes é outro ponto delicado dentro da elaboração de um laudo. "O fato de certa característica de personalidade ter sido apontada no resultado de um teste não quer dizer que a relação de uma pessoa com o filho será pior ou melhor. No momento, não existe nenhum teste psicológico que determine a qualidade da relação parental. O indicado é realizar a aplicação de testes de perso-

nalidade, como o Rorschach ou o TAT, tomando-se o cuidado de abstrair disso se a pessoa pode ter um bom relacionamento com o filho. Existe um hiato que não pode ser automaticamente coberto a partir dos resultados de testes”, continua Shine.

A explicação dos procedimentos e instrumentos utilizados na elaboração de uma laudo também é muito importante. “O psicólogo deve nomear os testes utilizados para que eventualmente se faça uma leitura crítica desse laudo”, explica Shine. Além disso, a conclusão do psicólogo deve estar galgada em sua convicção profissional. “A dúvida também faz parte de um bom laudo. O profissional pode chegar a um ponto que seja passível de dúvida. Ele deve assumir a sua limitação e dizer que a partir daí só poderá oferecer uma inferência”, continua. ●

Oriente-se!

O CFP emitiu, em 01 de dezembro de 2001, a resolução CFP nº 30/2001, que institui o Manual de Elaboração de Documentos Decorrentes de Avaliações Psicológicas. O manual, elaborado a partir de propostas encaminhadas ao 1º Fórum Nacional de Avaliação Psicológica, ocorrido em dezembro de 2001, tem a finalidade de definir regras de padronização e de qualidade para esses documentos. Informe-se nos sites www.pol.org.br ou www.crpssp.org.br, ou no tel. (11) 3061 9494, ramal 141.

Conversando com o psicólogo

Desemprego: uma questão muito além da Psicologia

“Relendo um texto do *PSI – Jornal de Psicologia*, com o título ‘A valorização profissional depende de cada um de nós’ (edição julho/agosto de 2001), comecei a refletir e questionar como o CRP SP ou o Centro de Orientação poderia nos ajudar com relação ao desemprego. Tenho um bom currículo (...), mas mesmo assim estou há um ano e quatro meses desempregada. (...) Estou procurando não sair da área e me esforço em manter o padrão anterior, mas como valorizar a profissão sendo que não temos um apoio adequado e as contas não param de surgir? Como vocês me orientariam a esse respeito, ou simplesmente também não têm o que fazer? Um detalhe: tenho 40 anos e quase 15 anos de formação, sendo que o mercado exige recém-formados, com até 30 anos, oferecendo salários de R\$ 500,00.”

Elisabete Vidal Leite Ribeiro Cardoso, por e-mail

O CRP SP, atento aos problemas sociais brasileiros, não poderia deixar de ser solidário à situação dos profissionais de Psicologia que encontram dificuldades em ingressar no mercado de trabalho. Porém, o desemprego não é uma prerrogativa apenas da Psicologia, mas uma realidade nacional, resultado da política neoliberal privilegiada pelo atual governo. Dados do Dieese mostram que, em 2001, na região metropolitana de São Paulo, 17,9% da População Economicamente Ativa (PEA) es-

tava desempregada. O IBGE detectou uma evolução significativa desse desemprego em âmbito nacional, divulgando que, entre 1989 e 1999, o desemprego saltou de 3,74% para 11,59%.

O Sistema Conselho, que integra o CRP SP, é uma autarquia federal criada para cumprir a lei nº4119 – que institui e regulamenta a profissão da Psicologia-, sendo que a defesa dos profissionais não é uma de suas atribuições básicas. A sua principal meta é zelar pela Psicologia, promo-

vendo e fiscalizando a qualidade dos serviços psicológicos. Mas o que o CRP SP poderia fazer para ajudar nessa situação? Seguindo as diretrizes de participar mais ativamente das políticas públicas e de intervir diretamente nas demandas da sociedade, o Conselho pode discutir a questão da geração de renda e do mercado de trabalho de forma mais ampliada, unindo-se a sindicatos e outras associações de classe para apresentar propostas que minimizem o problema. ●

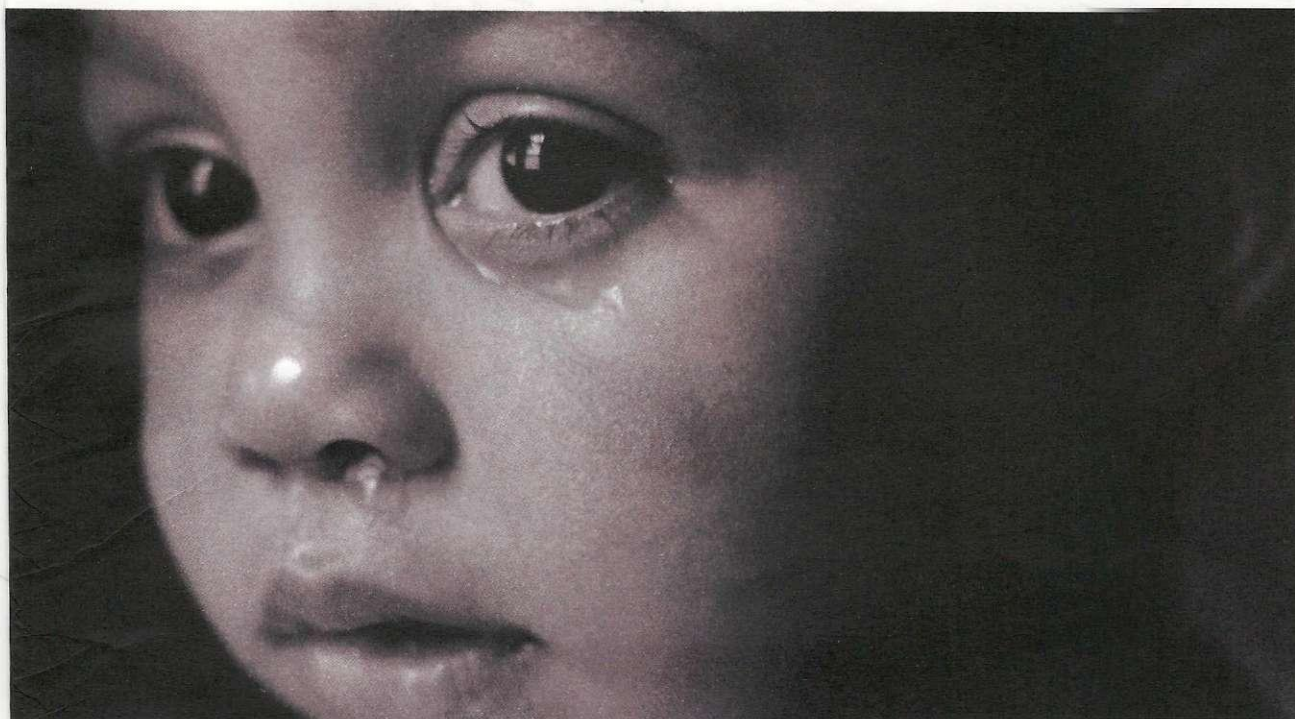
Fique atento!

O profissional que se encontra desempregado pode pedir a suspensão temporária de seu registro no CRP SP, evitando assim o atraso das anuidades. É importante lembrar que o psicólogo deve estar com as anuidades anteriores quitadas. Informe-se com o nosso setor de atendimento no fone (11) 3061 9494.

Envie sua dúvida!

“Conversando com o psicólogo” é uma das novas seções do PSI. Esse espaço pretende esclarecer os questionamentos que o psicólogo tem com relação ao funcionamento da autarquia e da relação que a mesma desenvolve com o profissional. Participe, mandando seu e-mail para jornal@crpssp.org.br ou um fax para o número (11) 3061 0306.

Sigilo profissional é foco de dúvidas para o psicólogo



O Conselho Regional de Psicologia SP recebe diversas consultas sobre questões que envolvem o sigilo profissional. O assunto é abordado no Código de Ética Profissional do Psicólogo que, no artigo 21, resguarda ao paciente o direito ao sigilo. Diz o artigo: "O sigilo protegerá o atendimento em tudo aquilo que o psicólogo ouve, vê ou de que tem conhecimento como decorrência da atividade profissional". Contudo, dúvidas sobre como agir perante um fato que envolva a quebra desse sigilo são naturais diante dos inúmeros desdobramentos que a vida real coloca na rotina do profissional. O que fazer em um caso de violência contra crianças, sobre o uso de drogas ou com um crime relatado entre as paredes de um consultório? O artigo 27 do mesmo código diz que "a quebra de sigilo só será admissível quando se tratar de fato delituoso e a gravidade de suas conseqüências para o próprio atendido ou para terceiros puder criar para o psicólogo o imperativo de consciência de denunciar o fato". Percebe-se, portanto, que existe uma diretriz geral, mas cada situação deve ser objeto da análise do profissional.

O trabalho realizado no Centro de Referência às Vítimas de Violência do Instituto Sedes é um ótimo exemplo de como algumas dessas situações podem ser tratadas. A atuação principal desse núcleo - que conta com 14 profissionais entre psicólogos, advogados e assistentes sociais - envolve casos de violência contra crianças e adolescentes, atingindo uma média de 150 atendimentos semanais. Além disso, o CRVV integra o Programa Unificado Bem Me Queres, uma parceria entre as Secretarias de Saúde e de Segurança, Delegacias da Mulher e o Hospital Pérola Bygton que apresenta uma demanda de 200 atendimentos mensais. A psicóloga Dalka Ferrari, integrante do Centro, conta que "a questão da quebra do sigilo na área

de atendimento a casos de violência familiar passou a ser mais intenso à medida que o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990) começou a vigorar. Quando você trabalha com essa área, o profissional tem de estar muito centrado na proteção da criança e do adolescente", comenta.

"O ECA não fala explicitamente sobre a questão da denúncia em caso de maus-tratos. Porém, diz que o profissional de educação e de saúde deve informar quando há suspeitas ou compilações de maus-tratos. Esse 'informar' não significa exatamente chamar a polícia. Ao contrário, nessas questões de violência, o que menos se tem a fazer é barulho. Temos de ter consciência de que existe uma criança correndo um risco e que qualquer erro que cometamos nesse momento pode fazer com que a criança seja vitimizada novamente. Para a equipe, a discussão não é sobre quebrar o sigilo ou não, mas sim qual a proteção que essa criança precisa ter. Sempre orientamos que, dentro da proteção integral, a situação de violência contra a criança precisa aparecer, sendo que com isso subentende-se chegar até a denúncia. Essa denúncia não precisa ser exatamente para a polícia, sendo o Conselho Tutelar o melhor caminho, porque é o que a lei determina", orienta o advogado Cláudio Costa, integrante da equipe multidisciplinar do Centro.

O dilema é descobrir o momento adequado para levar o caso para fora do espaço do consultório. "Existem casos em que você sensibiliza o cliente, buscando que ele próprio assuma a sua defesa. Há outros em que a criança corre o risco e a família não a protege. Nesses casos a postura do psicólogo deve ser mais incisiva. Se você percebe que a criança está trazendo um testemunho de sofrimento e que está precisando de ajuda, o psicólogo deve fazer uma parceria que possa dar conti-

nuidade ao caso na área jurídica. O tempo de ação do psicólogo deve ser muito rápido, pois pode estar acontecendo uma situação de indício de abuso e na outra semana já pode ocorrer algo pior. Existe uma somatória de sintomas para se chegar à conclusão de que uma criança está falando a verdade nessas situações. Por exemplo, quando ela evidencia sinais de linguagem sexualizada e um comportamento erotizado", relata Dalka Ferrari.

A única certeza nesses casos é que, para enfrentá-los, o profissional deve buscar apoio. "Os psicólogos devem sempre levantar essa situação de violência contra as crianças. Porém antes de qualquer ação, eles precisam buscar informação e apoio de outros profissionais que já passaram por isso. Ou seja, buscar respaldo na rede de proteção. Quando a criança consegue verbalizar, no setting de terapia, que ela está sendo violentada, é um grande passo que não pode morrer ali. Como o profissional vai resolver isso, depende de sua competência, de sua representação e de sua formação. Investimos muito no entendimento do psicólogo sobre noções de cidadania e de direitos, pois é a partir disso que esse profissional vai conseguir lidar melhor com a situação. O profissional que passa por esse problema até pode ter uma sanção de sigilo, mas o que garantirá a sua coerência é o tipo de ação que ele teve. O Sedes Sapientiae e o CRP SP prestam esse tipo de orientação", comenta Cláudio Costa. (ver quadro abaixo)

Dalka Ferrari reforça a necessidade de o profissional apoiar-se em equipe multidisciplinar. "Um psicólogo que recebe um caso dessa ordem não pode tomar a decisão de fazer a denúncia sozinho. Ele tem primeiro que se cercar dessa equipe multidisciplinar, pois ele não está trabalhando com uma questão puramente psicológica. Para evitar os danos de ser processado, ele tem de estar sempre se reciclando e ancorado por parceiros. O psicólogo que está sozinho e sem o respaldo de uma instituição fica mais vulnerável. Mesmo nessa situação, ele deve pedir retaguarda médica, assessoria jurídica ou encaminhar o caso para instituições", arremata Dalka. ●

Informe-se!

Centro de Orientação CRP SP

Site: www.crsp.org.br
E-mail: orientacao@crpsp.org.br
Tel.: (11) 3061 9494 ramal 141

Instituto Sedes Sapientiae - Centro de Referência às Vítimas de Violência

Site: www.sedes.org.br
E-mail: CNRVV@sedes.org.br
Tel.: 3866 2756

Amplo debate define proposta de diretrizes curriculares

O Fórum Aberto para a Construção de uma Nova Proposta de Diretrizes Curriculares para a Psicologia, realizado nos dias 17 e 18 de janeiro, no auditório do CRP SP, representou um marco para o futuro da formação dos profissionais de Psicologia. Organizado pela Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) e pelo Conselho Nacional das Entidades Estudantis em Psicologia (CONEP), com o apoio do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, o evento consolidou uma proposta amplamente majoritária e abrangente para as diretrizes curriculares dos cursos de Psicologia. "As entidades do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, os CRPs e representantes de várias universidades estavam presentes para elaborar uma proposta democrática e de ampla aceitação na categoria", relembra Sueli Terezinha, vice-presidente da Abep.

A Abep e o Conep tiveram um prazo extremamente reduzido para realizar o evento. Em 7 de novembro de 2001, em uma decisão arbitrária, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou uma proposta de diretrizes curriculares que não representava os anseios da categoria. Diante disso, em 13 de dezembro, uma manifestação de repúdio contra a decisão foi realizada (*leia mais no quadro ao lado*). "O MEC abriu, então, a possibilidade de a categoria apresentar uma nova proposta até o dia 28 de janeiro. Era um prazo quase inviável, só que eles não contavam com a nossa persistência", alegre-se Sueli Terezinha. O projeto de resolução, aprovado durante o evento, foi enviado antecipadamente ao MEC, no dia 25 de janeiro, que o encaminhou para uma avaliação do CNE. "Ainda não tivemos retorno. Deve-



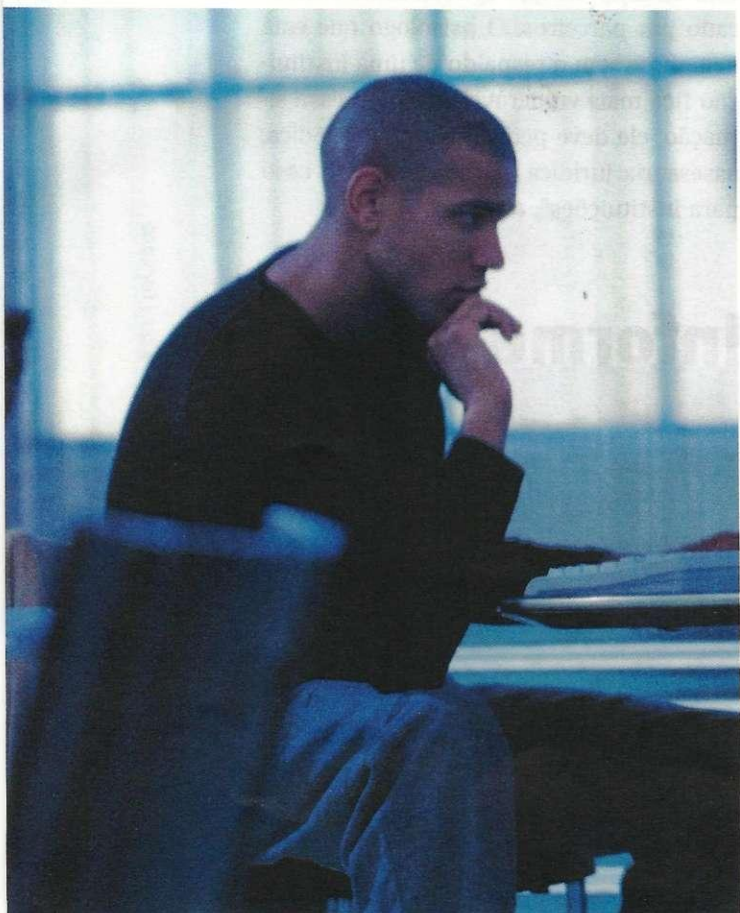
mos ficar atentos, pois eles estão representando uma força política neoliberal", alerta Sueli. Vale lembrar que os cursos terão dois anos para se adequarem às diretrizes curriculares que forem aprovadas.

Comparado à proposta aprovada pelo CNE, o projeto aprovado durante o Fórum apresenta grandes diferenças. A primeira está relacionada com o perfil dos cursos de Psicologia. "A proposta do MEC separava o curso em três perfis diferentes: psicólogo, professor e bacharel. Tiramos essa divisão, que implicava se ter três cursos paralelos, estruturando um artigo que propõe a formação de um psicólogo generalista", explica Sueli. Outro ponto de divergência entre as propostas estava na classificação, pelo CNE, da Psicologia como uma ramificação da Saúde. "O psicólogo deve ter uma formação com diversos princípios e habilidades de várias dimensões. A proposta do Fórum molda-se à realidade atual, onde o psicólogo atua em diferentes áreas", continua. O aumento da especialização dentro da graduação era outra falha na proposta do CNE, porém o Fórum redefiniu essa posição. "O nosso projeto prevê pelo menos duas ênfases curriculares, evitando com isso uma especialização demasiada dentro da graduação. O curso terá de oferecer pelo menos três opções de ênfase", completa Sueli. Outro avanço, conquistado na proposta do Fórum, foi a garantia de uma carga horária de 18% destinada aos estágios. "Não é possível definir nas diretrizes uma carga total ou a duração do curso em anos, mas conseguimos garantir um ótimo espaço para os estágios", exulta Sueli. ●

História

Uma luta travada desde 1996

Após a aprovação da Lei de Diretrizes de Base, em 1996, o MEC instituiu, a exemplo das outras áreas do Ensino Superior, uma Comissão de Especialistas que tinha a finalidade de criar um projeto de diretrizes curriculares para os cursos de Psicologia. "Inicialmente, aconteceu a imposição de uma proposta que levava a uma diminuição do tempo dos cursos e a um aumento da especialização dentro da graduação", relembra Sueli Terezinha. Após a divulgação dessa primeira proposta, em 1998, várias entidades representantes da Psicologia e algumas universidades se mobilizaram para questionar esse primeiro projeto e encaminharam uma série de propostas "que repudiavam a tendência neoliberal que estava bem clara. Foram 45 propostas encaminhadas à Comissão de Especialistas, representando mais de 70 faculdades de Psicologia, forçando a revisão da proposta inicial", continua. A segunda proposta - divulgada em maio de 1999 - também não atendeu a todas as sugestões feitas, pois incorporou algumas das questões levantadas, mas não garantiu uma concepção generalista de formação, parágrafo considerado fundamental para a maioria das entidades envolvidas. A resolução aprovada pelo CNE, em 07 de novembro de 2001, baseou-se fundamentalmente na proposta da Comissão dos Especialistas, apresentando poucas modificações.



Parceria Civil Registrada: ampliando a cidadania

A discussão acerca da homossexualidade, do ponto de vista dos direitos humanos e da cidadania, tem avançado muito em nosso país. O Projeto de Parceria Civil Registrada entre pessoas do mesmo sexo possibilitou que um tema considerado tabu, e mesmo um “assunto menor”, fosse pautado no Congresso Nacional, criando um consenso da necessidade de uma legislação específica e, em especial, da importância de o Brasil entrar no século XXI com a ampliação de direitos e o respeito à diversidade.

É bem verdade que ainda não conquistamos essa legislação – o projeto encontra-se na Câmara dos Deputados pronto para ser votado, basta a ação do presidente da casa – mas hoje são inúmeras as decisões da justiça que criaram jurisprudência para o país. No Rio Grande do Sul, uma sentença federal obrigou o INSS a pagar pensão aos companheiros e companheiras homossexuais. Esses passam a ser considerados dependentes preferenciais de seus parceiros segurados da Previdência. Em Minas Gerais, a Justiça determinou que uma criança criada num lar *gay* continue vivendo com os dois pais, contrariando uma ação movida pela mãe biológica e assegurando os direitos de a criança, conforme preconiza o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), permanecer junto às pessoas que lhe asseguram condições adequadas de sobrevivência afetiva e material. No Brasil, as decisões judiciais em favor dos e das companheiros homossexuais são cada vez mais comuns, especialmente no que se refere à herança, partilha do patrimônio em caso de separação e também assistência médica conjunta. O que mostra que toda a discussão acumulada em torno do PCR e as ações do movimento GLBT (*gays*, *lésbicas*, *bissexuais* e *transgêneros*) têm conseguido avanços importantes para assegurar às pessoas homossexuais direitos iguais.

O caso mais recente, que novamente coloca em pauta os direitos das relações homossexuais e que foi manchete na mídia, diz respeito à decisão da Justiça do Rio de Janeiro em entregar a guarda do Chicão – filho da cantora Cássia Eller – para a sua companheira Maria Eugênia e que contou com o apoio de toda a família, à exceção do pai da cantora.

Acredito que a discussão do caso foi importante na medida em que a sociedade passa a reconhecer as relações homossexuais como realidade a ser enfrentada.

Lembro-me das palavras do advogado Edson Fachin que, ao ser convidado para participar de uma das audiências da Comissão Especial do Projeto de Parceria Civil na Câmara dos Deputados, colocou: “Há necessidade de o Direito não mais se omitir ou deixar de avançar em consonância com os movimentos e com as transformações políticas e sociais. É necessário sair do encastelamento e do formalismo e garantir o direito à orientação sexual, como direito personalíssimo, atributo inerente e inegável da pessoa humana”. Ainda seguindo o jurista: “E como direito fundamental, surge o prolongamento dos direitos da personalidade, imprescindível para uma sociedade que quer ser livre, justa, democrática e igualitária”.

As discussões sobre homossexualidade sempre tiveram como eixo principal a defesa dos direitos humanos e privilegiaram a ótica da luta em defesa das chamadas “minorias sociais”. O último século foi marcado por conquistas importantes em relação às mulheres, às crianças e aos adolescentes. Avançamos em relação aos direitos étnicos e culturais, assegurando à população indígena seu direito às terras demarcadas e à preservação de sua cultura. Também avançamos no combate ao racismo. Nada mais justo do que tirar da clandestinidade a população homossexual e garantir a esse segmento direitos de cidadania.

Acredito ser importante a aprovação no Congresso Nacional da lei que regulamenta os direitos das pessoas homossexuais, mas tenho certeza de que já conseguimos importantes avanços na medida em que hoje a sociedade não se cala diante dos crimes homofóbicos, que a sociedade não se cala perante a discriminação por orientação sexual, que a sociedade começa a dar passos significativos de respeito e integração em seu cotidiano das diferentes formas de relações e vínculos afetivos.

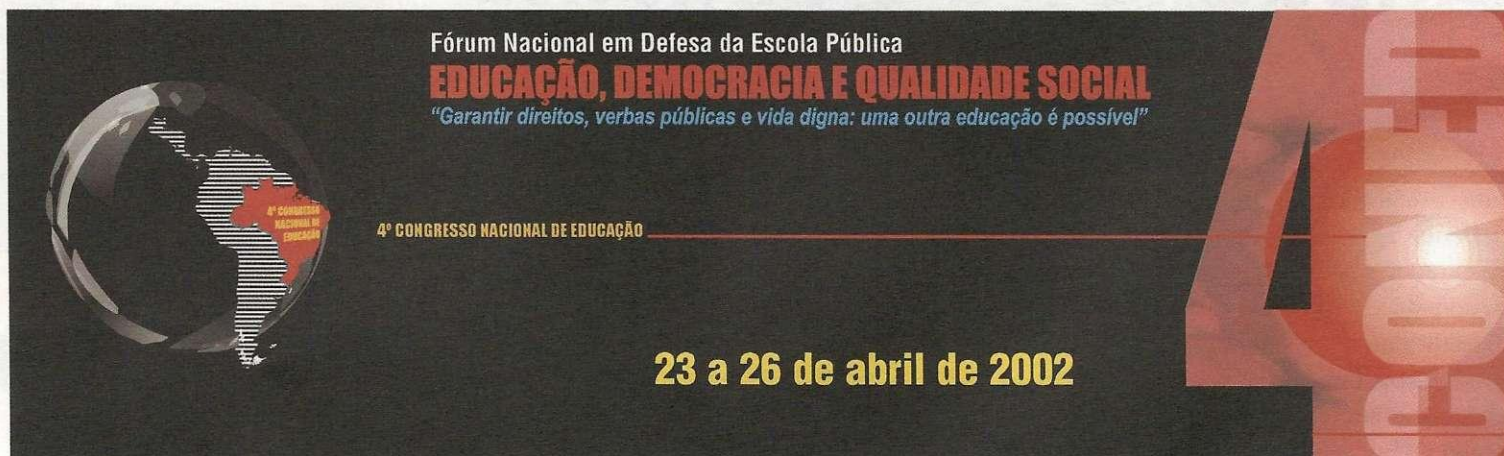
Ampliar a cidadania, assegurar os direitos humanos para todos e todas. Uma bandeira de todos aqueles que querem construir uma sociedade justa, plural, democrática e igualitária. ●

Marta Suplicy

psicóloga e prefeita do município de São Paulo, é autora do projeto de lei federal nº 1.151, que disciplina a união civil entre pessoas do mesmo sexo



A Psicologia na luta por uma escola pública com qualidade



Uma das diretrizes mais importantes do 4º Congresso Nacional de Psicologia, realizado no ano passado, foi a que aponta a necessidade de aumentar a intervenção dos CRPs nas políticas públicas. A ativa participação que a Psicologia terá no 4º Congresso Nacional de Educação, 4º Coned, que se realizará entre os dias 23 e 26 de abril de 2002, no Palácio de Convenções do Anhembi em São Paulo, é um reflexo direto desse objetivo. "Há algum tempo o CRP SP vem discutindo as diversas questões das políticas públicas em educação. O papel do CRP é colocar a Psicologia como uma aliada da Educação para que se construa um projeto político democrático e popular em defesa de uma escola pública com qualidade", define Liliane Garcez, coordenadora do grupo de trabalho que tem a finalidade de viabilizar a participação do CRP SP no 4º Coned.

Os Congressos Nacionais de Educação são promovidos pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, do qual o CFP é integrante. Como o evento deste ano será em São Paulo, um dos organizadores será o Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública, FEDEP-SP, entidade integrada pelo CRP SP. "A Psicologia e a Educação são ciências que caminham juntas. A visão de homem que se tem dentro da Educação muito se refere à visão existente dentro da Psicologia. As entidades da Educação encaram nossa participação como imprescindível", continua Liliane. "O Fórum inova na medida em que congrega diferentes organizações tendo como núcleo as propostas para um projeto de educação nacional construído por meio do consenso. Quando analisamos os Coneds, é importante frisar que eles não representam um encontro sindical apenas, mas de toda a sociedade, debatendo e propondo um novo projeto educacional que só será possível se ocorrer uma modificação na atual correlação de forças, quebrando com o projeto neoliberal em curso", completa Madalena Guasco Peixoto, diretora do Cen-

tro de Educação da PUC-SP e do Sindicato dos Professores.

O 4º Coned terá início com uma palestra cujo tema será 'Educação, Democracia e Qualidade Social. Garantir direitos, verbas públicas e vida digna: uma outra educação é possível'. Logo após acontecerão quatro grandes conferências baseadas nos eixos que dividem o Plano Nacional de Educação, PNE: 'Gestão Democrática da Educação Nacional', 'Financiamento da Educação Nacional', 'Trabalhadoras e Trabalhadores em Educação' e 'Organização e Avaliação da Educação Nacional'. Além disso, essas conferências darão origem a 32 mesas-redondas que ampliarão o debate. "O CRP participará dessas mesas, colocando algumas questões que interferem diretamente na Psicologia, como o provão, as diretrizes curriculares e a psicopedagogia, a saúde dos trabalhadores em educação, a educação especial/inclusão, a educação para crianças e adolescentes em situação de risco", continua Liliane Garcez.

A principal meta do 4º Coned será apontar para um projeto político diferenciado para a educação. "Acontecerá uma



Para obter maiores informações, entre em contato com a secretaria do 4º Coned:

Rua Borges Lagoa, 208, Vila Clementino

Tel. (11) 5571.5202

Fax (11) 5572.5412

E-mail: 4coned@coned.org.br

Homepage: www.coned.org.br

discussão política propositiva de um programa de educação que rompa com o modelo neoliberal e que sirva de parâmetro para o debate em ano eleitoral”, analisa Madalena Peixoto. Para Liliane Garcez, o Congresso buscará também rediscutir o atual Plano Nacional de Educação (veja matéria ao lado) com o intuito de aprimorá-lo e atualizá-lo. “A base da discussão do Coned será o Plano Nacional da Educação. O Coned é um evento político que confronta os dois projetos para a educação: ou você pensa como o Governo neoliberal ou você tem uma outra proposta. O papel do 4º Coned é colocar essas duas grandes forças bem definidas para que possamos apontar caminhos de ação. O caráter é de denúncia, informação, formação e resistência ao modelo proposto”, afirma. O evento será encerrado com uma grande plenária, “na qual se encaminhará uma agenda de lutas para a educação. Pretendemos elaborar um documento das deliberações do Coned, para que ele sirva de subsídio para as discussões do Plano Municipal de Educação e para o Plano Estadual de Educação”, completa.

Anote!

O Conselho Regional de Psicologia realizará, no próximo dia 06 de abril, das 9h30 às 17h00, o Encontro Preparatório para o 4º Congresso Nacional de Educação. O evento acontecerá no auditório da sede do CRP SP (Rua Arruda Alvim, 89, Jd. América).

Informações: (11) 3061-9494, fax (11) 3061-0306
e-mail: cotec@crpsp.org.br.

“Psicólogos se organizam para interferir na Educação”

Eixos temáticos:

Conjuntura Política da Educação Brasileira

Educação & Direitos Humanos: garantia de vida digna para todos

Educação & Saúde: a questão dos encaminhamentos

Formação do Trabalhador da Educação

Diretrizes Curriculares e Provão



PNE vigente não representa a sociedade

O Plano Nacional de Educação que vigora atualmente - aprovado no final do ano de 1999 - está muito distante do plano nascido das discussões acontecidas durante os 1º e 2º Coneds. “Enquanto o Governo discutia na Comissão de Educação o seu plano, as entidades do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública deram entrada no Congresso Nacional do PNE - Proposta da Sociedade Brasileira - e por esse motivo o que lhe sucedeu cronologicamente foi chamado de PNE - Proposta do Executivo ao Congresso Nacional”, relembra Liliane.

Em uma manobra política, a Comissão de Educação do Congresso Nacional adaptou o PNE da sociedade com o plano proposto pelo Governo. “Esse plano é conhecido como ‘frankenstein’. Como foram recortadas muitas partes do PNE da socie-

dade, a primeira vista o plano vigente parece democrático. Mas, por exemplo, foi vinculado para o financiamento da Educação o que já vinha sendo destinado, ou seja, 7% do PIB. A proposta surgida nos Coneds previa a utilização de 10% do PIB para que fosse possível a realização das metas propostas no plano. Para piorar a situação, Fernando Henrique Cardoso vetou essa verba e dispensou apenas 5% do PIB para a Educação”, alerta Liliane.

Além do veto referente ao financiamento, o texto do atual PNE sofreu mais seis (6) vetos presidenciais. Para Madalena Guasco Peixoto, o atual PNE “representa a concepção de Educação do Governo Federal. Todos os avanços que conseguimos introduzir no texto aprovado no Congresso Nacional foram vetados pelo presidente da República. No item do ensino

superior, por exemplo, foram vetadas todas as metas que ampliavam o ensino público em detrimento do ensino privado”, conclui.

Para obter maiores informações sobre o 4º Coned, entre em contato pelo fone (11) 5571 5202, pelo fax (11) 5572 5412 ou acesse o site www.coned.org.br.



Cursos INEF 17ª Turma

Curso de formação de psicoterapeutas, na linha psicanalítica.

Objetivos

Formação de psicoterapeutas, fornecendo aos profissionais o conhecimento teórico-prático do processo psicoterápico.

Curso de formação de profissionais para trabalhar com crianças, na linha psicanalítica

Objetivos

Oferecer embasamento teórico-prático, habilitando os profissionais da área para o trabalho analítico com as crianças.

Duração

Os cursos têm a duração de 3 (três) anos, ao término dos quais será fornecido certificado a quem freqüentar o mínimo de 75% das aulas e de acordo com o desempenho no curso

Início

Os cursos terão início em 10 de abril de 2002

Inscrições

tel. 3667 8688 | tel/fax 3826 4030, ou pessoalmente na sede no INEF, rua Traipu, 66, Perdizes, SP



Briga de marido e mulher:

No dia 08 de março foi comemorado o Dia Internacional da Mulher e, como tradicionalmente ocorre, os avanços sociais e profissionais conquistados pelas mulheres, a partir de 1950, ganharam amplo destaque na mídia. Essa evolução é inegável e digna de celebração, porém não se pode esquecer de um problema muito grave e que ainda persiste em pleno século XXI: a violência contra a mulher. As estatísticas mostram que essa violência tem aumentado nos últimos anos. Dados colhidos pelo Pró-Aim - órgão da Prefeitura de São Paulo, que contabiliza e classifica as mortes de moradores do município - mostram que, no ano de 2000, o assassinato transformou-se, pela primeira vez, na principal causa de morte entre mulheres de 10 a 49 anos. Foram 373 assassinatos de mulheres jovens, 358 óbitos por derrames cerebrais e 322 por Aids.

Esse problema não é uma característica apenas de metrópoles como São Paulo, disseminando-se nacionalmente. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

(CNDM) apresentou dados que mostram 411.213 mulheres vítimas de agressões leves e graves, em 1999. Comparando-se esse número aos 123.131 registros obtidos pela CPI da Violência contra a Mulher, em 1993, percebe-se um aumento de 70% em apenas seis anos. Entre esses casos, a lesão corporal foi o crime mais denunciado por mulheres - 113.727 ocorrências -, sendo seguida pelos maus-tratos psicológicos - com 107.999 casos. "Esse crescimento pode ter acontecido pelo simples aumento do número de denúncias ou pelo crescimento da violência mesmo", comenta a socióloga Wânia Pasinato, que atua no Núcleo de Estudos da Violência da USP. A sua tese de doutorado, "Justiça para todos - Uma investigação a respeito da lei 9099", propõe um estudo sobre a lei que criou os juizados especiais criminais e a aplicação disso aos casos de violência doméstica.

O medo de denunciar um companheiro violento vem diminuindo, porém a resistência em apresentar uma queixa ainda é muito grande. "Geralmente, as mu-

lheres procuram ajuda quando não suportam mais viver a violência. Porém, se investigarmos um desses casos, perceberemos que as manifestações começaram sutilmente desde o início do casamento ou no namoro. As mulheres demoram a reclamar por uma série de razões: constrangimento, valores machistas que a nossa sociedade apresenta, e também pelo pequeno acesso a algum tipo de ajuda", diagnostica a psicóloga Isaura Trevisan Moreira, que atua na ONG "SOS Ação, Mulher e Família" de Campinas (ver matéria ao lado). Para a socióloga Wânia Pasinato, o momento em que a mulher se insurge contra os abusos acontece de forma muito individual. "Depende muito da história de cada mulher e de seus limites para agüentar ou não uma violência. Existem mulheres que procuram a delegacia ao primeiro sinal de ameaça, outras vão à delegacia para relatar muitas agressões sofridas anteriormente. A violência contra a mulher é um comportamento que se repete e não acontece necessariamente em uma escalada. Existem exemplos de casais

Manifestação de mulheres, realizada na Av. Faria Lima, Capital, no dia 19/03/99.



chegou a hora de meter a colher

que estavam juntos há pouquíssimo tempo e o homem acabou matando a companheira”, lamenta.

Os casos de violência doméstica contra as mulheres apresentam um perfil muito parecido. “As agressões acontecem dentro de casa e nem sempre apresentam motivos claros. Além disso, embora haja uma tendência em atrelar a violência contra a mulher às classes menos favorecidas, o problema atinge mulheres de diferentes classes sociais, níveis econômicos e graus de escolaridade. Porém, como a visibilidade acontece por meio de dados policiais e de delegacias, as classes menos favorecidas, que mais precisam desses serviços, ficam em maior evidência. As mulheres das classes altas e médias procuram outros recursos para resolver esses conflitos: médicos particulares, psicólogos e advogados”, continua Wânia Pazinoto.

Isaura Trevisan acredita que o principal entrave para que a sociedade brasileira avance nessa questão é cultural. “A barreira é esse modelo relacional baseado no domínio do mais forte sobre o mais fraco, sendo que isso não acontece apenas entre homens e mulheres, mas entre as classes sociais e entre os grupos étnicos. Na realidade, as relações familiares reproduzem um pouco desse modelo social de tratar as diferenças pelo poder e pela submissão.”, comenta. “A violência física e psicológica contra a mulher são duas faces de um mesmo problema, que é o exercício de poder dentro da sociedade e dentro das relações entre os sexos, em que o homem é em geral mais forte”, completa Wânia Pazinoto.

A agressão física, que deixa seqüelas e pode levar à morte, é a forma mais visível de violência, porém a coerção psicológica também é uma das manifestações do problema. “A queixa que chega geralmente é a de agressão física, mas a violência acontece em uma escala, sendo essa uma fase mais avançada do ciclo de violência. O processo geralmente começa pela violência sutil, pela submissão e opressão, que até certo ponto são tidos como fenômenos naturais pela nossa sociedade, que tem uma organização patriarcal”, alerta Isaura Trevisan. “A violência física é a mais denunciada à polícia, porque é passível de criminalização. A violência psicológica é uma constante lembrança de que você pode ser maltratado”, completa Wânia Pazinoto.



Foto Chico Guedes/A Gazeta.

Protesto realizado no Dia Internacional da Mulher, em 08/03/2000, na sede do Governo do Estado, Espírito Santo. Manifestantes seguram cruzes com nome de 82 mulheres assassinadas.

Interior

ONG acolhe mulheres da região de Campinas

O “SOS Ação, Mulher e Família” é uma ONG que, desde 1980, com apoio da Unicamp e da prefeitura de Campinas, realiza um trabalho voltado para a violência familiar, principalmente relacionado com a questão de gênero. A equipe de trabalho é considerada reduzida para atender a uma demanda que chega a mil casos por ano: conta com quatro profissionais permanentes (psicóloga, assistente social, antropóloga e advogada), estagiários e voluntários. “Atendemos dentro de uma perspectiva psicológica, social e jurídica. Temos uma área de atenção a situações de violência com atendimentos específicos para quem vem com essa queixa. Além disso, temos uma área de prevenção que oferece cursos profissionalizantes e de culinária para geração de renda, grupos de saúde e sexualidade”, conta Isaura Trevisan.

O trabalho realizado pela ONG tem conseguido sucesso em reverter quadros de violência e desestruturação familiar. “Não adianta resolver o problema apenas do ponto de vista jurídico, se não o encarmos do ponto de vista emocional e social. Se não trabalharmos dentro dessa linha de direitos humanos, de igualdade de direitos, buscando uma condição digna de vida, será cada vez mais difícil lidar com esse problema da violência familiar. No SOS muitas vezes conseguimos ajudar na reorganização da relação familiar até em casos que já tinham atingido um grau de

violência mais avançado”, continua Isaura. A equipe reduzida, a alta demanda de atendimento e a necessidade de realizar campanhas de conscientização e divulgação fazem com que a “SOS Ação, Mulher e Família” procure recursos junto à iniciativa privada.

Contato

“SOS Ação, Mulher e Família”

Tel: (19) 3236-1516

E-mail: samulher@feac.org

Homepage: www.samulher.hpg.br



Foto Helio Romero/AE

A Psicologia e a construção de um mundo mais justo



O sucesso do 2º Fórum Social Mundial, ocorrido entre os dias 31 de janeiro e 4 de fevereiro de 2002, em Porto Alegre, mostrou ser possível reagir contra os ditames da globalização e da política neoliberal imposta aos países em desenvolvimento. A viabilidade de um outro mundo possível, no qual exista igualdade social, acesso democrático à tecnologia e respeito aos direitos humanos e à diversidade, foi demonstrada durante o Fórum. A participação do CRP e dos Conselhos Regionais de Psicologia aconteceu por meio da realização do evento "Modos de Subjetivação na Construção de um Outro Mundo Possível" e da colaboração das oficinas "Desigualdade, subalternidade e autonomia", "Diferença, preconceito e inclusão" e "Redes Sociais: violência ou solidariedade".

"A presença dos psicólogos, em um espaço como esse, é importante e mesmo fundamental para o desenvolvimento do compromisso social de nossa profissão com as demandas da maioria da sociedade brasileira. Estar lá nos permite uma visão e uma compreensão política dos problemas e das lutas em nosso país. Além disso, a participação nas oficinas e o lançamento da campanha Preconceito Racial Humilha: Humilhação Social faz Sofrer, coloca nossa entidade e a Psicologia em um lugar diferente na sociedade, pois afirmamos nossa postura de comprometimento com as lutas progressistas em nosso país", analisa Ana Mercês Bahia Bock, presidente do CRP



O Fórum Social Mundial em números

- 80 mil pessoas
- 123 países
- 12 mil delegados inscritos
- 3 mil jornalistas credenciados
- 402 veículos de imprensa de 39 países
- 6 mil entidades credenciadas



SP e uma das integrantes enviadas pela instituição ao evento. Completando o grupo de delegados, enviados pelo CRP SP, estavam também: Wanda Maria Junqueira de Aguiar, vice-presidente do CRP SP, Mariângela Aoki, secretária, Jorge Bróide e Emília Estivalet, conselheiros.

A professora Sílvia Leser de Mello, do Departamento de Psicologia Social da USP, foi convidada a participar do evento pelo CRP, atuando na oficina "Desigualdade, subalternidade e autonomia". "Foi uma iniciativa muito positiva dos Conselhos de Psicologia, mostrando a preocupação com essas questões e com o compromisso social. A presença da Psicologia é fundamental em discussões como essa. Todas as ciências deveriam estar presentes para refletir sobre a sua responsabilidade social", afirma. Com relação à importância da subjetividade na construção de políticas públicas, Sílvia acredita que se deve "partir de um olhar político e econômico sobre a sociedade, um olhar macro, mas deve se reconhecer que a sociedade é feita de sujeitos

atuantes. Você está falando de política, mas está falando também de pessoas que vivem sob essas condições", comenta.

O psicólogo João Moura Gonçalves Filho, professor do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da USP, que participou da mesma oficina, acredita que "luta social nenhuma, deixa de passar por uma conversão de sentimentos e por uma mudança de idéias. Quando falamos de sentimentos e idéias, falamos de entidades, cujo objeto é a atenção psicológica. A Psicologia tem de acompanhar a luta pela formação de um mundo melhor", define. Segundo ele, "O Fórum se posicionou contra uma modalidade de internacionalização das relações capitalistas que vinculam diversos povos segundo interesses que mantêm desigualdades de classe. A globalização nas duas formas em que é conhecida, a dominante e a de resistência, não engloba apenas fatos econômicos e políticos, mas fatos sustentados por sentimentos, valores e relações grupais. Quando reconhecemos isso, aparece a força da subjetividade, sedimentando as duas formas de globalização", continua. O professor destaca a humilhação social como exemplo desse fator subjetivo das relações de poder. "A humilhação social designa um fato psicológico que não pode ser entendido sem referências sociais e políticas. Ela é uma modalidade de angústia que pesa sobre os cidadãos das classes pobres, por meio de gestos e palavras", arremata. ●

Preconceito é tema de campanha lançada durante Fórum

A campanha **Preconceito Racial Humilha: Humilhação Social faz Sofrer**, que será organizada pelas comissões de Direitos Humanos dos Conselhos de Psicologia e se desenvolverá no decorrer de 2002, foi lançada durante o 2º Fórum Social Mundial. O evento foi aberto por Odair Furtado, presidente do Conselho Federal de Psicologia, e contou com a participação de Marcus Vinicius de Oliveira Silva, representante da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CRP.

Psicologia desempenha papel primordial na crise argentina

O mundo vem acompanhando atentamente os desdobramentos da crise econômica e política que a Argentina atravessa. Essa atenção, contudo, acontece de modos antagônicos, pois enquanto muitos estão incomodados com os milhões de dólares que podem perder com a situação, outros preocupam-se com os graves efeitos sociais e subjetivos envolvidos. A única convergência está no fato de a crise ter sido desencadeada por uma política neoliberal selvagem, impingida a diversos países subdesenvolvidos - inclusive o Brasil. A população argentina, porém, reagiu contra tal situação, exigindo providências imediatas. Os pанаeços, como ficaram conhecidos os protestos nas ruas, ocasionaram a queda de três presidentes da República e uma mudança radical nas diretrizes econômicas. Mario Molina, presidente da Federação dos Psicólogos da República Argentina - (FEPRA), participa ativamente desse momento conturbado na vida de seu país e relata, para o jornal *PSI*, a situação dos psicólogos no atual contexto argentino e de que forma a Psicologia tem contribuído nesse momento.

“Nosso país está vivendo um dos momentos mais difíceis em sua história, que coloca os argentinos em uma situação-limite pela busca de resoluções dos problemas comuns, fato que toca diretamente aos psicólogos e àqueles que trabalham com saúde. Os pанаeços e as marchas dos que não têm trabalho convergem para uma mesma direção de protesto, fomentando uma força coletiva que, de algum modo, une a impotência individual daqueles que sofrem em assistir a sua economias e seus postos de trabalho liquidados. Existem colegas com a opinião de que a crise inaugura a possibilidade da construção de uma realidade que será diferente, pois o fim da convertibilidade rompeu um equilíbrio construído à custa de uma ficção”, relata Mario Molina.

As instituições de Psicologia da Argentina têm desempenhado um papel fundamental na reconstrução do país. “A FEPRA já se manifestou favorável à recuperação de valores e de condições de vida que exaltem o compromisso comunitário e solidá-



Pанаeços nas ruas da Argentina: população protesta contra política econômica

rio e contra políticas sustentadas com corrupção e impunidade. Estamos participando das mesas de ajuste social convocadas pelo Governo nacional, principalmente as que tratam de saúde e seguridade social, para detectar a complexidade da crise que afeta a Argentina, além da humilhação e desesperança que reina em milhões de lugares e famílias. As entidades e Colégios de Psicologia, de cada província, estão participando de reuniões similares, com o objetivo de buscar propostas de saída para a crise”, conta Mário Molina.

Essa colaboração institucional da Psicologia argentina conta com a adesão da maioria dos profissionais. “Os psicólogos argentinos não estão indiferentes ao momento de desemprego, de descaso com a saúde e de não-acesso à educação vivenciado por grande parte do povo argentino. Por todo o país, cada psicólogo está participando de maneira diferenciada em seus lugares de inserção profissional. Participa-se nas assembléias de bairros, nas marchas de protesto pelas ruas e por intermédio das entidades a que pertençam. Também explicamos, por meio de artigos em diversos meios de comunicações, a séria situação e os seus componentes subjetivos. A Psicologia Social não é a única

que está encampando esses problemas, pois a Psicologia Comunitária, a Psicologia Clínica e a Psicologia Política também estão desempenhando um papel fundamental”, afirma Mário Molina.

Contudo, se os psicólogos têm uma função vital na manutenção da saúde mental da população argentina, eles também sofrem as mazelas de uma situação tão caótica. “Nesse momento, a situação dos psicólogos argentinos é igual à de qualquer outro grupo de trabalhadores. As estatísticas mostram que o desemprego, o subemprego e os baixos salários aumentam rapidamente entre os que têm maior grau de instrução, pois o mercado de trabalho, precário e muito volátil, não suporta absorver o grande número de profissionais que saem das universidades. Isso envolve também os psicólogos de vários pontos do país, que atuam em hospitais e instituições públicas, devido à retração do Estado e à dificuldade em preencher esses postos de trabalho. Ocorre, então, que a população se depara com o não-atendimento de suas necessidades. Vários Colégios de Psicólogos do país têm criado dispositivos de atendimento que a situação de crise na saúde mental da população requiera”, arremata Mário Molina. ●

FEPRA – Federação de Psicólogos da República Argentina

site: www.fepra.org.ar | e-mail: fepraorg@interar.com.ar
tel. 54 44 4952.1969

evento

Intercâmbio entre psicólogos brasileiros e mexicanos tem continuidade

A Associação Mexicana de Alternativas em Psicologia, em conjunto com universidades e psicólogos mexicanos, deu continuidade ao “Ciclo de Seminários México-Brasil”, entre os dias 04 e 15 de março de 2002, na Cidade do México e em outras localidades da República Mexicana. Foram convidados, para o evento, os seguintes professores brasileiros: Mitsuko Antunes, profa. da Faculdade de Educação da PUC-

SP, Ana Mercês Bahia Bock, presidente do CRP SP e profa. de Psicologia Social da PUC-SP, Leoncio Camino, prof. de Psicologia Social da UFPA, Oswaldo Hajime Yamamoto, prof. do Departamento de Psicologia da UFRN, Marcus Vinícius de Oliveira Silva, prof. do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, Maria Lúcia Seidl de Moura, profa. do Instituto de Psicologia da UERJ. O projeto, que objetiva a in-

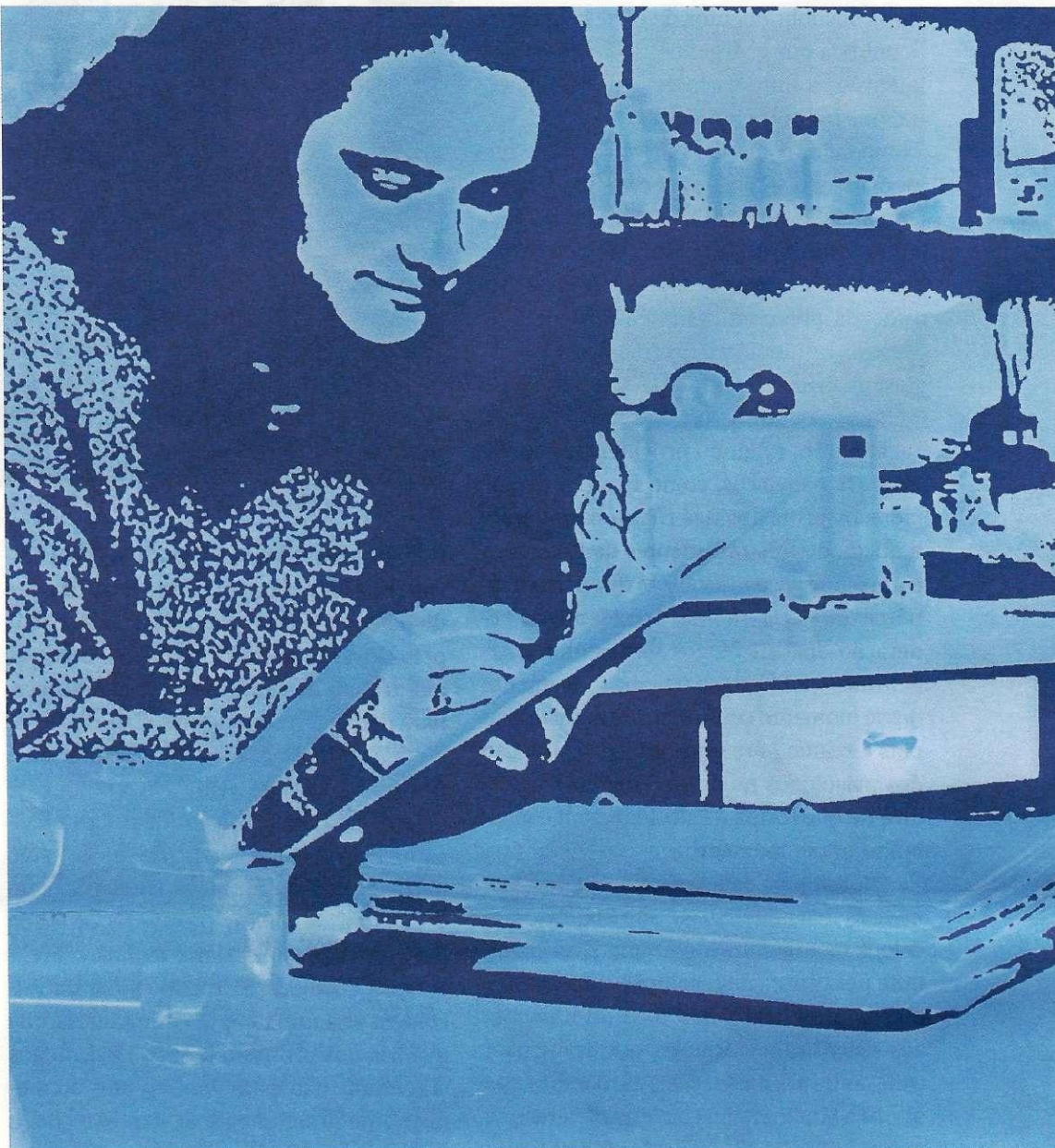
crementação do intercâmbio científico e profissional entre psicólogos latino-americanos, foi iniciado pelo Conselho Federal de Psicologia, no ano passado, em São Paulo e em outras nove cidades brasileiras. Na ocasião, foi organizado o “Ciclo de Seminários - Diálogos com a Psicologia Latino-americana”, que teve a apresentação de palestras de pesquisadores, professores e psicólogos mexicanos.

Criação e prática são atitudes que devem caminhar juntas

O distanciamento entre a prática profissional e a produção de conhecimento científico é uma realidade dentro da Psicologia. Por esse motivo, o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira assumiu o desafio de aproximar os profissionais que pesquisam a Psicologia dos que a exercem, realizando o "1º Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão", entre os dias 1 e 5 de setembro de 2002 (veja detalhes no quadro ao lado). "A idéia do Congresso é genial, pois colocará junto pessoas que fazem ciência com pessoas que atuam como profissionais. É uma tentativa para que essa dicotomia seja superada", comenta Mitsuko Aparecida Maki-no Antunes, profa. do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia da Educação da PUC-SP e pesquisadora em História da Psicologia Educacional no Brasil. Ana Jacob, profa. do Instituto de Psicologia e coordenadora da pós-graduação de Psicologia Social da UERJ, ressalta que a importância do Congresso reside "no fato de se reunirem entidades de Psicologia - profissionais, científicas e corporativas - em torno de um projeto. Era um fato impensável algum tempo atrás", conclui. O evento já conta com a adesão de 16 instituições.

A realização desse Congresso acontece em um momento propício, pois atualmente existe um consenso de que o "abismo" entre ciência e profissão é demasiado. "A regra atual parece ser uma dissociação entre os que estão na prática e aqueles que estão nas universidades e em determinadas instituições produzindo conhecimento. Infelizmente, os profissionais que estão em consultório são aqueles que ficam mais afastados dessa produção de conhecimento", comenta Mitsuko Antunes. "Estamos em uma situação melhor do que já estivemos em outros tempos, pois existe uma perspectiva de articulação presente em um maior número de pessoas e em um maior eixo de instituições. Esse já é um bom caminho, mas ainda estamos muito longe", complementa Ana Jacob.

O desencadeamento de toda essa problemática está na formação dos psicólogos. Mitsuko Antunes adverte que apenas as universidades públicas e algumas PUCs fazem uma boa articulação entre ciência e profissão. "Por definição, a universidade deveria ser o lugar em que se realiza a



aproximação entre a produção de conhecimento e a própria prática do saber. Mas a formação do psicólogo está quantitativamente vinculada às universidades particulares e a maioria dessas instituições mercantilistas dissociam essas duas coisas. Temos apenas uma pequena parte de alunos que são formados para de fato unir conhecimento e prática", adverte. Apesar disso, as universidades ainda são os principais locais onde a produção de conhecimento acontece. "Existem outras instituições que produzem conhecimento. O Incor, por exemplo, é uma instituição que está calcada na prática do psicólogo, mas que tem produzido um conhecimento extremamente importante. Mas a universi-

dade ainda representa o principal locus", comenta Mitsuko Antunes. "Temos também uma produção muito grande de conhecimento em empresas, escolas e comunidades, mas é um tipo de conhecimento que fica restrito a esse espaço. Não há uma vinculação com a universidade que, por sua vez, produz um outro tipo de conhecimento que não chega a esses profissionais", completa Ana Jacob.

Essa separação entre ciência e profissão deve ser entendida como um processo de evolução histórica. Nos EUA e na Europa, a Psicologia constituiu-se como ciência no século XIX. Ana Jacob ressalta que, nesses primórdios, a Psicologia era apenas uma ciência aplicada na verifica-



ção dos campos da prática em que ela teria alguma utilidade. "Esse processo teve uma ruptura a partir da década de 20, quando começa nos EUA e na Europa uma aplicação de testes de aptidão, de inteligência, de escalas de atitude e de inventários de opiniões. Era preciso alguém que criasse os instrumentos - que estaria mais no nível da ciência - e de pessoas para aplicar esses instrumentos. Começava a distinção entre os que planejam e os que executam. No Brasil, esse processo é mais recente. A partir da década de 40, acontece uma maior aplicação de testes voltados para a indústria, na seleção de pessoal, e para as escolas, na avaliação do estudante, que fazem com que a Psicologia comece a ter uma distinção maior", completa.

Um fato marcante aconteceu no Rio de Janeiro, no início da década de 50, quando o ISOP - um dos principais órgãos de Psicologia da época - sugeriu um currículo

lo para a criação do curso de Psicologia. "A proposta foi extremamente combatida pelo Instituto de Psicologia, pois o curso era para formar técnicos e não estudiosos de Psicologia. Foi uma clara discussão entre uma prática que não tem uma base teórica e uma ciência que não se aproxima da realidade", conta Ana Jacob. A regulamentação da profissão, em 1962, também foi um marco nessa discussão. "Além da oficialização de que a Psicologia é uma ciência, uma das justificativas do processo de regulamentação da profissão era a importância de se ter um curso com bases científicas para evitar que houvesse charlatões fazendo uso da Psicologia", continua.

A década de 80 foi um período de redefinição da Psicologia que significou uma maior aproximação entre ciência e profissão. "Durante muito tempo foi hegemônico um discurso corporativista que apenas

buscava a ampliação do mercado de trabalho. Essa postura se modificou quando a Psicologia brasileira começou a fazer uma auto-crítica, principalmente apontando o elitismo da ação do psicólogo. Foi um movimento que começou a tirar o foco da questão do mercado de trabalho e aproximá-lo tanto da produção de conhecimento quanto das demandas da maioria da população. É nesse processo que se materializa a idéia do compromisso social da Psicologia. Estamos em um período em que a Psicologia não mais está calcada em campos tradicionais - clínica, escola e trabalho -, mas se expandindo em busca de seu compromisso social", explica Mitsuko Antunes. "Essa mudança de enfoque acompanha um outro nível de mudança, que é a necessidade de a Psicologia sair de seus espaços fechados e se aproximar da comunidade e das camadas populares", completa Ana Jacob. ●

Psicólogo! Participe!
1º Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão
Local | Universidade de São Paulo, USP
 Cidade Universitária
Data | de 1 a 5 de setembro de 2002
Prazo final para inscrições dos painéis e/ou mesas-redondas/simpósios | 05/04/2002
 Para obter maiores informações e realizar a sua inscrição, acesse os *sites*:
www.pol.org.br e www.apsi.org.br ou as *homepages* das demais entidades organizadoras

INFORME PUBLICITÁRIO

Hipnoterapia Ericksoniana
Instituto Milton H. Erickson de São Paulo
Destinado a: Psicólogos, Médicos e Dentistas
Duração: 11 meses - 178hs
Início: 04 de março de 2002
Fone: (11) 5584-8573 / 578-8695
E-mail: miltonerickson@selfpsicologia.com.br
Site: www.hipnoterapia.net

Certificado pelo IPUB - UFRJ Início Março/2002 
Curso de Extensão em Neuropsicologia
 6 módulos aos sábados e domingos a cada 2 meses
 Aulas teóricas, vídeos, casos clínicos e demonstração de testes
 Centro de Neuropsicologia Aplicada
 Tel 21 2295-3796 www.centro-neuropsicologia.com

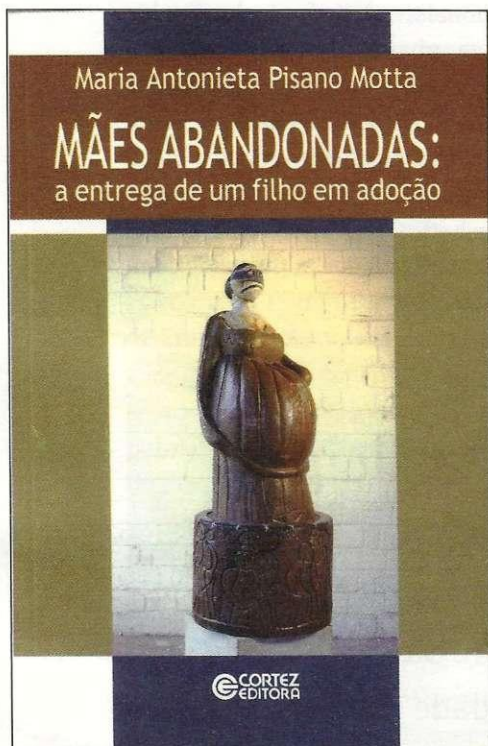
INSTITUTO DE TERAPIA DE FAMÍLIA E DE CASAL DE CAMPINAS ITFCCps
CURSO DE FORMAÇÃO EM TERAPIA SISTÊMICA DE FAMÍLIA E DE CASAL
 O ITFCCps. é uma Instituição de pesquisa, ensino e atendimento clínico que trabalha dentro de uma visão sistêmica -construtivista: o ser humano concebido em termos de conexões, relações e contextos.
 Curso composto por aulas teóricas, seminários, trabalhos com videoteipe, workshops e estágio clínico obrigatório, com atendimento de famílias e casais, sob supervisão da equipe, na Clínica Social Sistêmica do ITFCCps.
 Aula uma vez por mês, ao sábado - Duração: 4 anos
PROCESSO SELETIVO: Jan/Fev - 2002
INÍCIO DAS AULAS: 22/Março/2002
 Tel. / Fax: 0xx19 - 3242-2823
 E-mail: terapia@familia.med.br

CARI
 psicologia e educação
 Representante legal da ASRI
 Association Simonne Raimain Internationale
Especialização RAMAIN e DIA-LOG
Início: julho 2002. **Duração:** 30 meses.
Mensal: encontros no 2º sábado de cada mês.
Módulos Intensivos - 30 hs - em julho e janeiro.
Coordenação
 Maria Clara Nassif - CARI - São Paulo.
 Germain Fajardo - ASRI - Paris.
Informação e Inscrição: (11) 5575.7051
www.caripsicologia.com.br

 **INSTITUTO DE TERAPIA COGNITIVA**
Especialização em Terapia Cognitiva
500 horas(*)
 • **Início:** 1ª Turma em 15/16 Março de 2002
 2ª Turma em 12/13 Abril de 2002
 • **Duração:** 24 meses
 • **Mensal:** encontros sexta e sábado
 • **Coordenadora:** Ana Maria Serra, PhD
 • **Corpo Docente de alto nível:** 7 Doutores
 • **Programa abrangente:** TC e áreas afins
 • **Supervisão Clínica** (opção de supervisão quinzenal)
Local: ITC São Paulo
 R. Machado Bittencourt, 205 (Est. Sta. Cruz)
Inscrições/Informação:
 Tels.: (11) 5084.1380 ou (19) 3255.4330
 E-mail: itc@itc.web.com
 Site: www.itc.web.com
 (Conforme Resolução 007/01 do CFP)

Especialização 'Lato Sensu' Psicologia
 • PRÁTICAS PSICOTERÁPICAS SOB ENFOQUE HUMANISTA / atendimento supervisionado
 • GESTÃO DE PESSOAS EM RECURSOS HUMANOS
Inscrições Abertas. Últimos Dias.
Informações:
0800 19 2001
www.unc.br
 Orgulho de Ser **UNC**
 universidade de mogi das cruzes

Por que logo mães abandonadas?



**Mães abandonadas:
a entrega de um filho
em adoção**

Maria Antonieta Pisano Motta
Editora Cortez
287 páginas, R\$ 29,00
(11) 3873-7111

Com *Mães abandonadas*, Maria Antonieta Motta convida-nos a conhecer um pouco do mundo da mãe que entrega o filho em adoção - tema de sua pesquisa e dissertação de mestrado. A autora leva o leitor a questionar várias das (pre)concepções relacionadas a esse ato de entrega, a partir de entrevistas realizadas com mulheres que manifestaram o desejo de entregar o filho em adoção. Em sua análise, destaca dois grupos de fatores envolvidos nesse processo: socioinstitucionais e pessoais. Por um lado, discute a ambigüidade vivenciada por essas mulheres em relação aos "estigmas e preconceitos sociais" e, por outro, descreve o processo de luto "intrapéssico" da mãe que entrega o filho em adoção.

A autora comenta que a separação entre esses dois grupos é apenas didática e que, no capítulo referente às análises, alguns temas surgem de modo repetitivo nos dois grupos, mas são considerados sob diferentes "parâmetros de análise". Tal repetição, ao nosso ver, surge justamente em função dessa divisão. Apresentá-los de um e de outro lado, mesmo que sob influência mútua, parece manter uma relação de exterioridade entre os dois pólos e ser diferente de considerar que ambos são constitutivos da subjetividade. O que poderia ser considerado mero detalhe teórico mostra os efeitos na formulação de suas propostas, dos quais destacamos três.

Em primeiro lugar, a partir de sua análise e discussão, Motta oferece uma série de questionamentos importantes para os profissionais de instituições de abrigo, hospitais e poder judiciário; bem como fundamenta e formula orientações (profiláticas). Em tais orientações aponta a necessidade de cada profissional trabalhar com os próprios preconceitos e manter uma postura flexível, possibilitando uma escuta das necessidades particulares da mãe que manifesta intenção de entregar o filho em adoção.

Se a autora chega a resultados interessantes, os seus fundamentos são preocupantes. Pois, a princípio, a indicação considerada mais adequada, pela autora, seria o encaminhamento a um tratamento psicoterapêutico de todas as mães que entregam o filho em adoção. Contudo, em função da ausência de programas de aten-

dimento especializados, sugere o trabalho de apoio de diferentes profissionais que não os psicólogos.

A indicação psicoterapêutica generalizada, para um problema complexo como o que trata, mostra marcas de uma abordagem psicologizante. Pois, além de pressupor "o luto e o sofrimento" das mães (um saber), pressupõe também o "tratamento" a que devem ser submetidas (uma técnica). Com tais pressupostos, corremos um sério risco de, em situações concretas, enviesar nossa escuta pelo luto, acabando por criá-lo*.

Em segundo lugar, destacamos a ênfase que a autora dá a novas propostas de políticas de adoção. Define a política de adoção fechada como aquela em que "os pais biológicos e os adotivos nunca conhecerão uns aos outros" (pág.28) e a política de adoção aberta, que surge como uma nova proposta, como aquela em que o vínculo da criança com a família biológica seria mantido, de alguma forma, com o objetivo de minimizar e melhor trabalhar alguns dos dilemas vividos pelos atores sociais envolvidos na adoção: o anonimato dos pais biológicos e o segredo sobre as origens para o filho adotivo.

Em tese, é uma proposta sedutora (um final feliz para os pais biológicos, adotivos e os filhos, vivendo em plena harmonia), porém, novamente, é o modo pelo qual a autora chega a tais proposições que as tornam problemáticas. Justifica sua escolha com dois fundamentos: o direito ao sofrimento e processo de "luto" da mãe biológica, além dos relatos de experiências de políticas de adoção aberta bem-sucedidas em alguns estados norte-americanos e países pós-industrializados. Estranhou-nos, já que assume proposições de políticas de atendimento, a ausência de referência ao Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), legislação brasileira que regulamenta a adoção, bem como às transformações sociais e jurídicas em torno do tema.

De algum modo, é formulada uma proposição de política de atendimento a partir de concepções psicológicas e de experiências distantes bem-sucedidas, sem uma análise do contexto social e jurídico mais próximo. Como dissemos, em tese, a idéia pode ser interessante, mas - até mesmo

* H. Gonçalves comenta que esse tipo de generalização, em sua análise sobre o fenômeno da violência doméstica contra as crianças e os adolescentes, "tem levado alguns profissionais de saúde que atuam junto a crianças vítimas da violência a buscar no sujeito o efeito traumático da violência, surpreendendo-se quando não o encontram. Supondo como necessário que o abuso segue ao trauma, os profissionais esquecem-se por vezes de que os sujeitos têm direito à singularidade, ou mesmo que podem contar com algum nível de suporte que minimize o efeito da violência sofrida." ("Infância e Violência Doméstica: um tema da modernidade". In: Brito, L. (org.) *Temas em Psicologia Jurídica*. Rio de Janeiro; Relume Dumará, 1999, p.147-8).

como proposta – requer um processo de discussão mais abrangente.

Por último, destacamos algumas das opções terminológicas assumidas e justificadas pela autora. Opta pelo termo *entrega* da criança em adoção e não pelo *abandono* para livrar-se do estigma que este carrega (rejeição, ilegitimidade etc.). Até aí sem problemas, mas quando justifica que também não usará o termo *doação* por esse implicar uma tomada de decisão, achamos que entra em um terreno perigoso.

Considera que a mãe nessa situação não dispõe de liberdade para decidir, pois “sofre pressões de diferentes níveis, seja no social, no institucional ou no familiar”. O sofrimento e a pressão externa associam-se diretamente, para a autora, à incapacidade de decisão. Todavia, ao alegar a incapacidade, considerando que está transitando entre áreas do conhecimento e da prática distintas – Psicologia, direito, entre outras –, acaba por dar vazão a transposições sem os devidos esclarecimentos e contextualizações. A capacidade de elaboração de uma decisão do ponto de vista psíquico (o que chama de postura passiva) ganha outros sentidos no contexto jurídico. É a incapacidade de a pessoa/cidadão responder pelos seus atos: a incapacidade civil.

Devemos deixar claro que a autora não propõe a incapacidade civil. Então, poderia surgir uma pergunta: por que se preocupar tanto com o discurso da incapacidade já que fala da *incapacidade psíquica* e não da *jurídica*? Assusta-nos justamente porque, se olharmos um pouco para a história, verificamos que foi justamente pelo discurso da incapacidade que os *menores e os loucos* foram inscritos no ordenamento jurídico, ou seja, foram incluídos pela *incapacidade*. O susto é maior ainda quando verificamos o quanto que os saberes e as práticas *psi* contribuíram para tais proposições...

Deixamos, por fim, algumas perguntas sobre as concepções em torno da mãe que entrega o filho em adoção. Será que para *retirar* o “estigma” precisamos *retirar* o poder de decisão? Para *dar* o direito ao “luto”, precisamos *dar* também a incapacidade? De vilã, desnaturada e desumana devemos transformá-la em vítima e incapaz? De mãe que *abandona* transformá-la em mãe *abandonada*? Desses questionamentos, surge uma última pergunta – que foi uma das primeiras – especificamente sobre a escolha do título de seu livro: por que logo mães abandonadas?

Patrícia Regina da Matta Silva

Professora do curso de Psicologia da UNISAL – Centro Universitário Salesiano de São Paulo – de Lorena e psicóloga judiciária do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – Fórum da Comarca de Guaratinguetá – entre 1991 e 2001
contato: pattri@uol.com.br

Estante

Gestão de Serviços de Saúde – Descentralização/Municipalização do SUS

Organização: Dra. Márcia Faria Westphal e Dr. Eurivaldo Sampaio de Almeida. A Faculdade de Saúde Pública da USP, nos anos de 1997 e 1998, capacitou mais de 400 secretários municipais de Saúde, por meio de dois cursos de atualização e capacitação. O trabalho foi desenvolvido por professores da FSP, dirigentes da Secretaria de Saúde de São Paulo e do Conselho dos Secretários Municipais de Saúde de São Paulo (Cosems/SP). Este livro mostra a articulação desse grupo de trabalho, propondo-se um instrumento de divulgação, de consulta e de apoio à reflexão crítica dos secretários municipais de Saúde, a partir da apresentação das tendências e perspectivas do pensamento e das teorias nas quais o SUS se baseia. Edusp, (11) 3091-4150, R\$ 35,00.

Conversas sobre Iniciação à Pesquisa Científica

De Elisa Pereira Gonsalves. O livro é uma síntese sobre a construção e a apresentação de um projeto de pesquisa, propondo ser um ponto de referência para aqueles alunos que pretendem descobrir os caminhos da ciência. Explorando a sua experiência como docente na área de Pesquisa Social, Elisa Pereira Gonsalves mostra que as regras instituídas pelo jogo da ciência estão em constante mutação e que o maior motor dessa transformação é um conjunto formado pela criatividade, pela ousadia e pelo rigor do pesquisador. Editora Átomo e Alínea, (19) 3232-9340, R\$ 16,00.

Monografia Passo a Passo

De Maria Cristina Traldi e Reinaldo Dias. O livro é dividido em três partes: estrutura da monografia, aspectos gerais da apresentação da monografia e critérios para a elaboração das referências bibliográficas. A preocupação dos autores foi fazer com que o leitor compreenda melhor a estrutura do trabalho monográfico, e os requisitos básicos para sua elaboração e apresentação, destacando os pontos que mais geram controvérsias no momento de redigir a monografia. Editora Átomo e Alínea, (19) 3232-9340, R\$ 18,00.

Métodos e Técnicas de Pesquisa em Psicologia

De Luiz Fernando de Lara Campos. Relançamento atualizado do livro que surgiu da prática de ensinar ciência aos jovens estudantes de Psicologia e da necessidade do autor em responder às dúvidas de seus alunos quanto ao que faz da Psicologia uma ciência e uma profissão. Editora Átomo e Alínea, (19) 3232-9340, R\$ 28,00.

Diagnóstico Compreensivo Simbólico – uma psicossomática para a prática clínica

De Susana de Albuquerque Lins Serino. O conceito da unicidade estrutural corpo-mente é o ponto principal desse livro, que traz uma abordagem integradora do que até então se apresentava teoricamente separado: técnica e relação, conhecimento e compreensão. A autora questiona a cisão

entre corpo e mente praticada pela medicina tradicional. Editora Escuta, (11) 3672- 8345, R\$ 15,00.

Corpo e Escrita

De Ana Costa. O livro trabalha a relação entre memória, experiência e transmissão, percorrendo complexas regiões da teoria psicanalítica. A autora nomeia de registro o relacionamento do acontecimento com a representação, traçando uma articulação entre simbólico e real. Editora Escuta, (11) 3672- 8345, R\$ 22,00.

Cena Incestuosa

De Renata Udler Cromberg. Este livro, que faz parte da coleção Clínica Psicanalítica, traz uma reflexão sobre abuso e violência sexual incestuosa a partir da supervisão clínica de meninas e mulheres atendidas em instituições que lidam com os efeitos da violência doméstica e sexual. Editora Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600, R\$ 26,00.

O Psicólogo e a Promoção de Saúde na Educação

De Maria de Lourdes Jeffery Contini. O livro discute a atuação do psicólogo na Educação, na perspectiva da promoção de Saúde. A discussão baseia-se numa pesquisa realizada com profissionais da Psicologia que estavam atuando na Educação e que consideravam seu trabalho como promotor de Saúde. Editora Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600, R\$ 22,00.

Psicooncologia pediátrica.

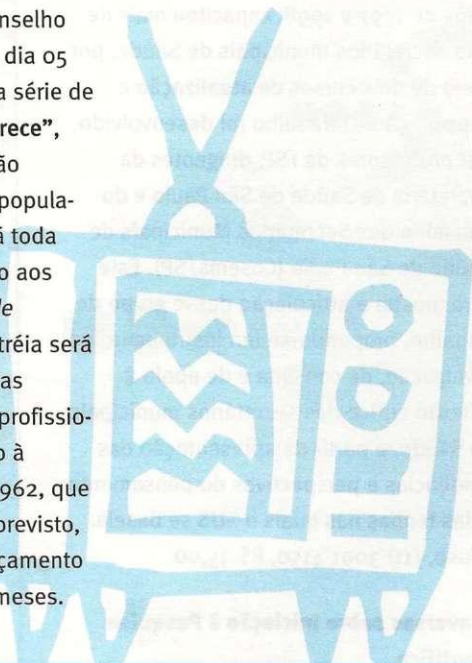
Organização: Elizabeth Ranier Martins do Valle. O livro revela facetas do câncer infantil por meio das experiências vividas pela criança doente e por seus familiares, pretendendo auxiliar a todos que convivem com a realidade do câncer infantil: os pesquisadores, os profissionais e os estudantes da área da Saúde, os familiares e as crianças doentes que já souberem ler. Editora Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600, R\$ 25,00.

Psicofarmacologia e Psicanálise

Organização Maria Cristina Rios Magalhães. A questão central levantada pelos autores é a melhor maneira de relacionar a utilização de medicamentos e a psicanálise. O livro reúne opiniões de um grupo de psicanálise e psicofarmacos, criado em 1998. Editora Escuta, (11) 3672- 8345, R\$ 26,00.

**CFP e TV Futura:
uma parceria marcada pelo
compromisso social**

Buscando uma aproximação cada vez maior com as reais necessidades da sociedade, o Conselho Federal de Psicologia lançará, no próximo dia 05 de abril, em parceria com a TV Futura, uma série de oito programas chamada "Não é o que parece", com o intuito de oferecer uma programação diferenciada voltada para a educação da população. A exibição dos programas acontecerá toda sexta-feira, às 22h30, com reapresentação aos sábados às 20h30 (confira ao lado a grade completa de programação). O tema da estréia será "Viva a Diferença" e marcará a abertura das comemorações dos 40 anos de exercício profissional da Psicologia no Brasil, em celebração à sanção da Lei 4.119, de 27 de agosto de 1962, que regulamentou a profissão. Também está previsto, como parte dessas comemorações, o lançamento de um selo comemorativo nos próximos meses.



Anote na agenda:

05/04	Viva a Diferença
12/04	Com quem você pensa que está falando?
19/04	Eu lembro, eu sou
26/04	Indivíduo e Coletivo
03/05	Você tem medo de quê?
10/05	Liderança: profissão impossível
17/05	Trabalho, trabalho
24/05	Razão e Emoção

**Anuidade de 2002:
fique atento para algumas dicas!**

Os psicólogos do estado de São Paulo receberam o carnê para o pagamento da anuidade, emitido pelo Banco do Brasil, referente ao exercício de 2002. Veja algumas instruções úteis para evitar transtornos no momento do pagamento:

- 1 A primeira ficha de compensação do carnê (com data de vencimento 31/03/2002) pode ser utilizada tanto para pagamento da primeira parcela quanto para pagamento das cotas únicas do mês de fevereiro e março.
- 2 Se, ao pagar a primeira parcela, o psicólogo utilizou-se da segunda ficha de compensação (com data de vencimento 28/02/2002), ele não deve inutilizar as demais, que servirão para quitar as outras parcelas. Utilize a primeira ficha para quitar a parcela que vence em 28 de fevereiro (segunda parcela) e a terceira ficha para quitar a parcela que vence em 31 de março (terceira parcela).



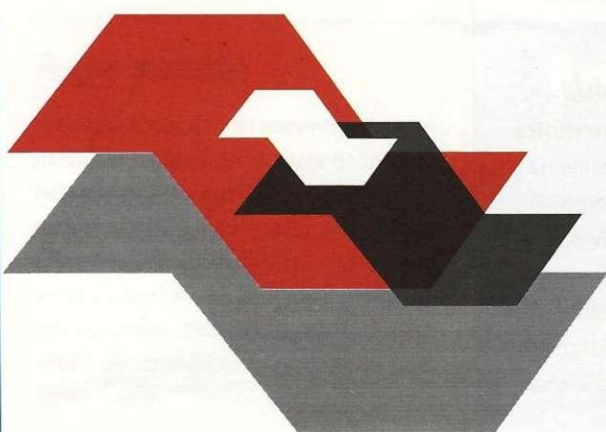
**Título de especialistas:
grande procura gera
atrasos**

A resolução CFP nº14/00, que regulamentou as especialidades profissionais da Psicologia nas áreas Escolar/Educacional, Organizacional e do Trabalho, Trânsito, Jurídica, Esporte, Clínica, Hospitalar, Psicopedagogia, Psicomotricidade, teve ótima aceitação entre os psicólogos. A ampla adesão gerou um grande número de pedidos para o registro de especialistas (4 mil solicitações apenas em dezembro de 2001), o que está ocasionando um atraso na devolução dos títulos. O profissional que fez a solicitação dentro do prazo estabelecido deve ficar tranquilo, pois o CRP SP está realizando todo o esforço para que os pedidos sejam devolvidos no menor tempo possível.

Diversidade volta com a sua programação normal

Após uma breve pausa, o programa Diversidade, uma parceria entre o CRP SP e a TV PUC, voltará com uma programação inédita exibida pelo Canal Universitário (canal 15 das redes a cabo Net e TVA). A estréia dos novos programas, que acontecerá no dia 04 de abril às 22h00, terá como tema "Circulação Humana". O Diversidade seguirá abordando os temas "O acesso das crianças à TV" e "Vítimas da Violência", cujos programas irão ao ar, respectivamente, nos dias 02 de maio e 06 de junho. Participe mandando perguntas para o e-mail diversidade@crpsp.org.br ou para o fax (11) 3061-9494.

Diversidade



Encontros mostram a importância do interior

O CRP SP realizou, em todas as suas subseções, reuniões de apresentação das Comissões Gestoras para os psicólogos da região e de discussão da proposta política da atual gestão para o ano de 2002. "O comparecimento dos psicólogos foi muito grande, tornando a discussão muito interessante. Nas subseções, os psicólogos ajudaram-nos a imaginar como efetivar a nossa proposta política, apontando como efetivamente colocá-la em prática", comenta Wanda Maria Junqueira Aguiar, vice-presidente do CRP SP, que coordenou os encontros. A iniciativa mostra a tendência do Conselho em interiorizar as suas ações.

Abril

|02| **I Jornada Transdisciplinar de Adolescência**
Tema: Verdades e Mitos, Uma Visão Transdisciplinar. Realização: Assoc. Catarinense de Adolescência. Local: Blumenau, SC. Informações: (47) 322 0566, (49) 246 2283.

|05| **Videoclube CRP SP**
O cinema pela ótica da Psicologia. Ciclo "Modernidade: reflexões sobre a violência"
Filme "Vida e Nada Mais" (De Abbas Kiarostami/Irã/1992). Debatedor confirmado: Gilberto Safra, psicólogo. Horário: 19h00. Local: Auditório da sede do CRP SP. Informações: (11) 3061-9494, ramal: 323.

|06| **IV Encontro em Saúde Mental Infantil. Organização: Núcleo de Integração Luz do Sol**
Horário: das 09h às 18h00. Local: Hotel Estância Lynce, Atibaia, SP. Informações: (11) 4411-4377.

|11 a 14| **I Encontro da Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo, SPAGESP/ I Encontro de Saúde Mental de Ribeirão Preto e Região**
Tema Central: Compreendendo e Trabalhando em Saúde Mental. Local: Hotel Taiwan, Ribeirão Preto, SP. Informações: (16) 618-7119, e-mail: spagesp@spagesp.com.br, site: www.spagesp.com.br

|19| **Videoclube CRP SP**
O cinema pela ótica da Psicologia. Ciclo "Modernidade: reflexões sobre a violência"
Filme "Ninguém é Perfeito" (De Joel Schumacher/EUA/1999). Debatedores: Lúcia Rosemberg, psicoterapeuta e Paulo Menezes, sociólogo. Horário: 19h00. Local: Auditório da sede do CRP SP. Informações: (11) 3061-9494, ramal: 323.

|26 e 27| **2ª Jornada de Adoção e Prevenção do Abandono**
Organização: Equipe Técnica do Fórum da Comarca de Bauru e Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais da USP. Informações: (14) 232-1855, ramal 246.

Maio

|03| **Videoclube CRP SP**
O cinema pela ótica da Psicologia. Ciclo "Modernidade: reflexões sobre a violência"
Filme "Matrix" (Dos Irmãos Wachowski/EUA/1999). Debatedora confirmada: Maria Helena Pereira Franco, psicóloga. Horário: 19h00. Local: Auditório da sede do CRP SP. Informações: (11) 3061-9494, ramal: 323.

|07 a 10| **I Colóquio Regional sobre Direitos Humanos e Violência**
Organizadores: Departamento de Psicologia e Educação da FFC e Letras de Ribeirão Preto – USP e Faculdades COC. Local: Teatro das Faculdades COC. Informações: (16) 603-9877.

|17| **Videoclube CRP SP**
O cinema pela ótica da Psicologia. Ciclo "Modernidade: reflexões sobre a violência"
Filme "Pulp Fiction – Tempos de Violência" (De Quentin Tarantino/EUA/1994). Debatedoras: Arlete Moisés, geógrafa, e Mara Cristina de Lúcia, psicóloga. Horário: 19h00. Local: Auditório da sede do CRP SP. Informações: (11) 3061-9494, ramal: 323.

|29 a 01| **XIII Congresso Brasileiro de Psicodrama**
Tema: Raízes, transformações, perspectivas. Local: Sofitel Costa do Sauípe, Bahia. Informações: tel. (71) 331-9666, fax: (71) 247-4351; e-mail: st-eventos@terra.com.br; site: www.febrap.org.br/news/68.html

|30 e 31| **III Congresso Brasileiro/VII Encontro Paranaense de Psicoterapias Corporais**
Local: Centro Reichiano de Psicoterapia Corporal, Av. Pref. Omar Sabbag, 628, Jd. Botânico, Curitiba/PR. Informações: tel. (41) 263-4895; e-mail: centroreichiano@centroreichiano.com.br

Junho

|14| **Videoclube CRP SP**
O cinema pela ótica da Psicologia. Ciclo "Modernidade: reflexões sobre a violência"
Filme "O Senhor das Moscas" (De Harry Hook/EUA/1990). Debatedoras: Maria Aparecida de Aquino, historiadora, e Sílvia Leser de Mello, psicóloga. Horário: 19h00. Local: Auditório da sede do CRP SP. Informações: (11) 3061-9494, ramal: 323.

|28| **Videoclube CRP SP**
O cinema pela ótica da Psicologia. Ciclo "Modernidade: reflexões sobre a violência"
Filme "Barril de Pólvora" (De Goran Paskaljevic/FRA/IUG/1998). Debatedor confirmado: Franklin Leopoldo, filósofo. Horário: 19h00. Local: Auditório da sede do CRP SP. Informações: (11) 3061-9494, ramal: 323.

Julho

|05| **Videoclube CRP SP**
O cinema pela ótica da Psicologia. Ciclo "Modernidade: reflexões sobre a violência"
Filme "A Fera da Guerra" (De Kevin Reynolds/EUA/1998). Debatedor confirmado: Mário Fuks, psicanalista. Horário: 19h00. Local: Auditório da sede do CRP SP. Informações: (11) 3061-9494, ramal: 323.

|19| **Videoclube CRP SP**
O cinema pela ótica da Psicologia. Ciclo "Modernidade: reflexões sobre a violência"
Filme "Amores Brutos" (De Alejandro González-Iñárritu/MEX/2001). Debatedores: Odair Furtado, psicólogo e presidente do Conselho Federal de Psicologia, e Luís André do Prado, jornalista. Horário: 19h00. Local: Auditório da sede do CRP SP. Informações: (11) 3061-9494, r. 323.

Atenção:

Auditório do CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jd. América, São Paulo, SP

Informações: (11) 3061-9494 | e-mail: info@crpsp.org.br | site: www.crpsp.org.br

